



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
Faculdade de Educação Física e Dança
Campus Samambaia / Goiânia-GO

MARCOS JUNIO GRACIANO DE SOUZA

**JOGOS ESCOLARES DO ESTADO DO
TOCANTINS: Uma proposta de adaptação da
modalidade futsal.**

GOIÂNIA - GO
2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DANÇA

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES
E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

Marcos Junio Graciano de Souza

3. Título do trabalho

Jogos Escolares do estado do Tocantins: uma proposta de adaptação da modalidade futsal

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);
- b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Tathiane Krahenbuhl, Professor do Magistério Superior**, em 27/05/2020, às 20:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS JUNIO GRACIANO DE SOUZA, Discente**, em 27/05/2020, às 21:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1349398** e o código CRC **366E17B7**.



MARCOS JUNIO GRACIANO DE SOUZA

**JOGOS ESCOLARES DO ESTADO DO
TOCANTINS: Uma proposta de adaptação da
modalidade futsal.**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional – ProEF da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Educação Física Escolar.

Orientadora: Tathyane Krahenbühl

GOIÂNIA - GO
2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

DE SOUZA, MARCOS JUNIO GRACIANO

Jogos Escolares do estado do Tocantins: [manuscrito] : Uma proposta de adaptação da modalidade futsal. / MARCOS JUNIO GRACIANO DE SOUZA. - 2020.

CV, 105 f.

Orientador: Profa. Dra. TATHYANE KRAHENBÜHL.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, , Programa de Pós-Graduação em Educação Física em rede, Goiânia, 2020.

Bibliografia. Apêndice.

Inclui siglas, lista de figuras.

1. Jogos Escolares . 2. Futsal. 3. Adaptações das regras . 4. Esporte educacional.. I. KRAHENBÜHL, TATHYANE , orient. II. Título.

CDU 796



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DANÇA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 6 da sessão de Defesa de Dissertação de Marcos Junio Graciano de Souza, que confere o título de Mestre em Educação Física, na área de concentração em Educação Física Escolar.

Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e vinte, a partir das 16h, por videoconferência, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada "Jogos Escolares do estado do Tocantins: uma proposta de adaptação da modalidade futsal". Os trabalhos foram instalados pela Orientadora, Professora Doutora Tathiane Krahenbuhl (FEFD/UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor Heitor de Andrade Rodrigues (FEFD/UFG), membro titular interno; Professor Doutor Alcides José Scaglia (Unicamp), membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca não fizeram sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o candidato aprovado pelos seus membros. Proclamados os resultados pela Professora Doutora Tathiane Krahenbuhl, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e vinte.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Heitor De Andrade Rodrigues, Professor do Magistério Superior**, em 27/04/2020, às 18:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tathiane Krahenbuhl, Professor do Magistério Superior**, em 27/04/2020, às 18:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alcides José Scaglia, Usuário Externo**, em 27/04/2020, às 19:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1294809** e o código CRC **47BE8875**.

Referência: Processo nº 23070.017465/2020-23

SEI nº 1294809



AGRADECIMENTOS

Após um processo tão misterioso como é o mestrado, devido as incertezas a vista da imaturidade que chegamos a este processo da vida acadêmica, devemos resgatar um pouco da nossa história e agradecer pessoas que acreditaram, que incentivam e mais que isso se alegram de maneira muito altruísta com a chegada deste momento.

A Deus sem dúvidas, como Senhor da minha vida e da minha família, que me sustentou nessa dura caminhada.

A minha esposa Ludimylla e meus filhos Benjamim e Álvaro, que entenderam minhas ausências, viveram meus sonhos e sempre acreditaram, não sem dor, mas se mantiveram firmes até o fim.

Aos meus pais, Sebastião e Berenice, que mesmo com o pouco estudo, deram a partir de suas mãos e suor a oportunidade de chegar a este ponto de minha vida profissional.

Aos meus irmãos, que sempre foram meu espelho, pelos profissionais e homens que se tornaram.

A todos os professores do FEFD da UFG-Goiânia, por acreditarem na Educação Física escolar e terem aceitado o desafio de receber o nosso curso. Em especial a minha orientadora Tathyane Krahenbühl, pelo cuidado que teve com nosso trabalho e por toda atenção dispensada, certamente tenho muito à agradecer.

Aos colegas da primeira turma de mestrado profissional em Educação Física, UFG-Goiânia a qual partilharam angústias e também experiências de sucesso, que sem dúvidas me encorajaram a honrar ainda mais a profissão de professor. Em especial aos camaradas Jorge, Edymar e Rodrigo que puderam acompanhar mais de perto todas as dificuldades.

Aos amigos da Escola Estadual Costa e Silva, UnirG, IFPA, IFTO, a todos muito obrigado!

À Capes/PROEB – Programa de Educação Básica pelo oferecimento do Programa de Pós-Graduação em Educação Física em Rede Nacional – ProEF.

SOUZA, Marcos Junio Graciano de. **JOGOS ESCOLARES DO ESTADO DO TOCANTINS**: Uma proposta de adaptação da modalidade futsal. 2020. 105f. Dissertação (Mestrado em Educação Física Escolar) – Faculdade de Educação Física e Dança, Universidade Federal de Goiás, Goiânia-GO, 2020.

RESUMO

Ao entender o esporte com finalidades educativas, faz-se necessário atentar-se para a importância da competição neste processo, pois está presente nas atividades cotidianas do homem contemporâneo e é um componente da vida humana. Ao atribuir o caráter pedagógico aos eventos competitivos pode-se alcançar resultados positivos na formação dos escolares. Nesse sentido, as competições esportivas escolares devem estar alinhadas as ações pedagógicas da escola e, para isso, estar organizada a fim de atender as demandas educacionais. O objetivo geral deste estudo foi analisar os Jogos Escolares do Tocantins, na categoria de 12 a 14 anos na modalidade futsal, para verificar se as normas propostas estão de acordo com os pressupostos pedagógicos do ensino do esporte da escola. Entre os objetivos específicos buscamos indicar uma proposta competitiva a partir das percepções dos professores participantes dos Jogos Escolares e da pesquisa na literatura sobre o tema, que atendam às necessidades pedagógicas da formação do aluno na faixa etária de 12 a 14 anos. Esta é uma pesquisa documental e de campo, de natureza qualitativa, de caráter descritivo, exploratório e propositiva. Esta proposta foi construída a partir das entrevistas realizadas com professores do estado do Tocantins, que participaram da fase estadual do JET's, no ano 2019, na modalidade futsal e que forneceu elementos para a proposição de uma competição piloto. Identificamos que os Jogos Escolares do Tocantins carecem de alguns ajustes na referida modalidade e categoria, no que tange os aspectos burocráticos, bem como as normas e regulamento para que atendam aos pressupostos pedagógicos do esporte. Como produto foi gerado um guia em que os gestores esportivos da área da educação e os professores de Educação Física que trabalham com equipes escolares possam utilizar como orientador na organização de campeonatos esportivos escolares, a fim de atender as possibilidades pedagógicas desse evento.

Palavras-chaves: Jogos Escolares, Futsal, Adaptações das regras, Esporte educacional.

SOUZA, Marcos Junio Graciano de. **JOGOS ESCOLARES DO ESTADO DO TOCANTINS**: Uma proposta de adaptação da modalidade futsal. 2020. 105f. Dissertação (Mestrado em Educação Física Escolar) – Faculdade de Educação Física e Dança, Universidade Federal de Goiás, Goiânia-GO, 2020.

ABSTRACT/RESUMEN/RÉSUMÉ

When understanding sport for educational purposes, it is necessary to give space to the importance of competition in this process, as it is present in the daily activities of contemporary man and is a component of human life and which certainly attributes the expected pedagogical character to it positive results can be achieved in the training of students. In this sense, school sports events must be aligned with the school's pedagogical actions and, for this, be organized in order to meet educational demands. The general objective of this study was to analyze the Games Escolares do Tocantins, in the category of 12 to 14 years old in the futsal modality, to check if the proposed rules are in accordance with the pedagogical assumptions of the school's sport teaching. Among the specific objectives we seek to indicate a competitive proposal with the adaptations identified by the teachers and in the literature on the theme, which meet the pedagogical needs of the student's education in the 12 to 14 age group. This is a documentary and field research, of a qualitative nature, descriptive, exploratory and purposeful. This proposal was built on the basis of interviews with teachers from the state of Tocantins, who participated in the state stage of JET's, in the year 2019, in the futsal modality and which provided elements for proposing a pilot competition. We identified that the Tocantins School Games lack some adjustments in the referred modality and category, as they touch the bureaucratic aspects, as well as the rules and regulations to meet the pedagogical assumptions of the sport. As a product, a guide was generated in which sports managers in the education area and Physical Education teachers who work with school teams can use it to base school sports championships, in order to meet the pedagogical possibilities of this event.

Keywords: School Games, Futsal, Adaptations of the rules, Educational sport.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 OBJETIVO	20
2.1 Objetivo Geral	20
2.2 Objetivo Específico	20
3 MARCO TEÓRICO	21
3.1. Pressupostos educacionais do esporte	21
3. 2. A competição enquanto um elemento do esporte	27
3.3. O esporte nos tempos e espaços escolares	34
3.4. Competições esportivas escolares	38
4 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA	41
4.1 Universo da Pesquisa	42
4.2 Participantes	42
4.3 Instrumentos de coleta de dados	43
4.4 Procedimentos para Análise de dados	44
4.5 Aspectos éticos	45
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	47
5.1 Regulamento	48
5.2 Alteração de regras	49
5.2.1 Tamanho da bola	49
5.2.2 Número de inscritos	52
5.2.3 Substituição obrigatória	54
5.3 Transgressão as regras	58
5.4 Sugestão de alterações	63
5.4.1 Tamanho da quadra	64
5.4.2 Sanções disciplinares	66
5.4.3 Flexibilização do uniforme	67
5.4.5 Competições paralelas	72
6 EVENTO PILOTO	79
6.1 Percepções do Pesquisador	81



6.2	Percepções dos Jogadores	85
6.3	Percepções dos professores	87
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
8	PROPOSTA DE EVENTO COMPETITIVO	94
	REFERÊNCIAS	101
	APÊNDICES	105
	APÊNDICE A – Entrevista professores da rede de ensino do estado do Tocantins que participaram dos Jogos Escolares (JET's)	106
	APÊNDICE B – Roteiro de entrevista professores que participaram do evento piloto	107
	APÊNDICE C – Questionário de avaliação da proposta educacional do futsal (Jogadores)	108

1 INTRODUÇÃO

Há de se considerar na contemporaneidade que o esporte alcançou espaços em várias áreas do conhecimento, devido a sua presença marcante na sociedade. Este fenômeno é conhecido como um dos elementos da cultura corporal (SOARES *et al.*, 1992) e tem relação estreita com a instituição escolar, ao passo que, por muito tempo foi equivocadamente entendido como sendo sinônimo da disciplina Educação Física.

O esporte, ao receber o tratamento pedagógico adequado, torna-se uma ferramenta educacional importantíssima para a formação cidadã de crianças (MACHADO; PAES; GALLATI, 2014), o que pode contribuir com os objetivos da escola.

Ao entender o esporte com finalidades educativas, faz-se necessário dar espaço para a importância da competição neste processo, pois está presente nas atividades cotidianas do homem contemporâneo e é um componente da vida humana e que certamente atribuindo a ela o caráter pedagógico que se espera pode “produzir empenho, excelência individual e autossuperação, por exemplo” (CARNEIRO, 2017, p. 88).

Para o esporte, a competição é uma condição fundamental, pois é uma de suas características (MACHADO *et al.*, 2013), que “dá sentido à sua existência, e é nela que a manifestação do esporte se realiza em sua plenitude” (REVERDITO, 2008, p. 37-38). Scaglia, Medeiros e Sadi (2003, p. 02) apresentam que, para o ensino do esporte na escola “não se pode descartar a necessidade de se ensinar a competir, pois a competição como um conteúdo do planejamento do professor pode enriquecer/incrementar o processo de ensino”.

Dessa forma, a competição esportiva, seja nas aulas de Educação Física, jogos interclasses, jogos intercolégiais, entre outros eventos na qual a escola esteja presente, deve estar alinhada ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola (REVERDITO, 2008), alinhando assim as regras, normas e objetivos destes eventos com as propostas da(s) instituições de ensino.

No entanto, há alguns equívocos com relação ao esporte e a competição, quando estes são levados a condição de rendimento máximo no ambiente escolar, prestando um desserviço para esta instituição, principalmente ao favorecer um grupo seleto de pessoas, ou seja, os mais aptos física e tecnicamente, reduzindo a prática voltada para o aprendizado, e dessa forma, fazendo com que fossem, em certa medida, negados ou tratados como uma das mazelas da Educação Física na escola. Mas o que há de se deixar claro que neste caso, o problema não é do esporte ou da competição, mas sim da falta de objetivos claros, para sua aplicação na escola, ou para a escola.

Para Reverdito (2008, p. 38) ao falar da competição reitera que

não podemos negá-la e nem dar a ela um valor inferior. Porém, não se trata de qualquer competição. E se estamos falando de uma competição escolar, a qual pressupõe seu compromisso com a educabilidade do sujeito, entendemos que esta deve estar consciente de suas particularidades e função.

Neste sentido, a competição esportiva não é boa e nem má, e sim passa a atender aos princípios e objetivos que dela nos apropriarmos (FERRAZ, 2002). Assim, reconhecemos que ela deve fazer parte das manifestações esportivas, incluindo as quais a escola está presente, desde que entenda suas peculiaridades educativas, afastando-se de ideias que negam a sua presença e por outro lado de concepções que adotam a sua apropriação exacerbada, pois, ambas as ideias não se sustentam pedagogicamente.

Uma das manifestações esportivas em que se remete à participação da escola são os jogos escolares. Uma manifestação de esporte dita educacional, que contemplam a participação de alunos em idade escolar. Entretanto, Frizzo (2013) apresenta que as questões da dimensão educacional do esporte são perdidas ao passo que a forma como ocorrem estes eventos reforça o processo de inclusão e exclusão de pessoas, ao estabelecer um processo de “ranqueamento, comparação e concorrência”, beneficiando uma pequena parte do alunado.

De fato, entende-se que por muito tempo esta lógica serviu a Educação Física e a escola, mas foge da realidade, dos princípios e objetivos desta área para uma instituição de ensino republicana e democrática, que busca, por meio dos conhecimentos a serem discutidos, entre eles o esporte, emancipar o sujeito para que possa ser protagonista em suas relações. Mas será que esta lógica, após muitos debates, construções, depois de toda a contribuição que a Pedagogia do Esporte tenha oferecido ao trato com o esporte, ainda persiste nos jogos escolares?

Os jogos escolares devem atender aos princípios da escola, mesmo que para alcançar este objetivo, seja necessário passar por modificações estruturais e funcionais, para que atenda às necessidades gerais dos alunos, mesmo que a distinção de qualidades técnicas, motoras e físicas sejam bastante aparente.

Diante deste exposto, surge a seguinte problemática: Sendo os Jogos escolares do Tocantins uma proposta educacional do esporte, quais são as adaptações nas normas, regras previstas no regulamento e as relações com os pressupostos educacionais do esporte, presentes na modalidade futsal, para a categoria de 12 a 14 anos?

O que justifica a proposição deste trabalho é que os jogos escolares devem apresentar objetivos que vão ao encontro as finalidades da escola, e por isso, espera-se que as características desse evento sejam pensadas de forma a atender esses objetivos, mesmo que para isso seja necessário propor alterações, mudanças e adaptações, para garantir a participação efetiva das crianças.

Dessa forma, a partir deste estudo espera-se identificar as características atuais desse evento, verificando se atendem aos pressupostos educacionais, e a partir dessas informações, se necessário, repensar e propor formas de se competir que possam garantir um espaço de formação, a partir de uma prática esportiva que de fato seja educacional.

Para buscar respostas a esta problemática o trabalho se organizou em capítulos em que no capítulo 01 está a fundamentação sobre os pressupostos educacionais do esporte, entendendo que este pode contribuir com a formação dos alunos, desde que alinhados os interesses em relação a sua prática.

No capítulo 02 apresenta-se como o esporte se relaciona com os tempos e espaços da escola, visto que, nas aulas de Educação Física, o entendimento do esporte como fenômeno pode ter uma conotação diferente em outros espaços como o treinamento realizado no contraturno, o que não afasta em ambos os casos do seu olhar educacional.

No capítulo 03 fazemos uma breve reflexão do espaço da competição e sua importância na formação dos alunos, ao passo que ensinar esporte é ensinar a competir, pois a competição é o elemento que fundamenta o esporte.

Estas etapas resultaram em uma proposta de competição esportiva escolar, que apresenta adaptações, a qual não possui um fim em si mesma, mas que pode ser um ponto de partida para colaborar com a construção de propostas que atendam aos pressupostos educacionais do esporte.

Em síntese, a estrutura do trabalho se organiza como apresentada no quadro abaixo:

Quadro 1: Síntese da organização do trabalho

Elementos	Descrição
Pergunta da pesquisa	Sendo os Jogos escolares do Tocantins uma proposta educacional do esporte, quais as adaptações nas normas, regras previstas no regulamento e as relações com os pressupostos educacionais do esporte, presentes na modalidade futsal, para a categoria de 12 a 14 anos?
Concepções teóricas adotadas	<ul style="list-style-type: none">- O esporte apresenta pressupostos pedagógicos importantes para contribuir com a escola na formação do aluno.- A competição, sendo um elemento fundamental do esporte, deve estar alinhada aos interesses da escola, mesmo que para isso, lance mão de modificações estruturais e funcionais.
Onde foi realizada a pesquisa?	Etapa Estadual dos Jogos Escolares do Tocantins (JET's), em 2019, na modalidade Futsal, categoria 12 a 14 anos.
Quais são os objetivos da pesquisa?	Geral

	<p>Analisar os Jogos Escolares do Tocantins, na categoria de 12 a 14 anos na modalidade futsal, para verificar se as normas propostas estão de acordo com os pressupostos pedagógicos do ensino do esporte da escola.</p> <p>Específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Investigar no regulamento geral do campeonato e do específico da modalidade futsal, na categoria de 12 a 14 anos, se há adaptações previstas e quais são; - Entender a partir da concepção dos professores de Educação Física, que participaram do JET's em 2019, se o regulamento, normas e regras do futsal são suficientes para atender aos princípios pedagógicos do esporte no ambiente escolar e a formação do aluno/atleta. - Apresentar a partir das falas dos sujeitos da pesquisa, quais possíveis alterações necessitam ser inseridas ou atendidas, nos jogos escolares, a fim de afirmar o aspecto educacional do esporte. - Indicar uma proposta competitiva com as adaptações identificadas pelos professores e na literatura sobre o tema, que atendam às necessidades pedagógicas da formação do aluno na faixa etária de 12 a 14 anos, baseadas nos princípios do esporte-educação.
<p>Como buscar alcançar os objetivos da pesquisa?</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Análise documental dos JET's. - Entrevista semiestruturada com os professores que participam deste evento. - Proposição de um evento piloto, na modalidade futsal, com escolas da rede municipal, estadual e particular da cidade de Gurupi-TO. - Indicação de possibilidades de modificações estruturais e funcionais em competições esportivas escolares, na modalidade futsal, para que atendam aos pressupostos educacionais do esporte.

2 OBJETIVO

2.1 Objetivo Geral

Analisar os Jogos Escolares do Tocantins, na categoria de 12 a 14 anos da modalidade futsal, para verificar se as normas propostas estão de acordo com os pressupostos pedagógicos do ensino do esporte da escola.

2.2 Objetivos Específicos

- Investigar no regulamento geral do campeonato e específico da modalidade do futsal, na categoria de 12 a 14 anos, se há adaptações previstas e quais são;

- Entender a partir da concepção dos professores de Educação Física, que participaram do JET's em 2019, se o regulamento, normas e regras do futsal são suficientes para atender aos princípios pedagógicos do esporte no ambiente escolar e a formação do aluno/atleta.

- Apresentar a partir das falas dos sujeitos da pesquisa, quais possíveis alterações necessitam ser inseridas ou atendidas, nos jogos escolares, a fim de afirmar o aspecto educacional do esporte.

- Indicar uma proposta competitiva com as adaptações identificadas pelos professores e na literatura sobre o tema, que atendam às necessidades pedagógicas da formação do aluno na faixa etária de 12 a 14 anos, baseadas nos princípios do esporte-educação.

3 MARCO TEÓRICO

3.1 PRESSUPOSTOS EDUCACIONAIS DO ESPORTE

O esporte é um patrimônio da humanidade que surge das representações simbólicas e se desenvolve e se transforma em meio as relações humanas (REVERDITO; SCAGLIA; PAES, 2009; TUBINO, 2011), sendo, portanto, um fenômeno “universal, fascinante e envolvente, dinâmico, plural, complexo e extremamente relevante na sociedade, sendo gerador de múltiplas sensações, possibilidades e significados” (FERREIRA, 2009, p. 33).

Para a Educação Física é entendido como um dos “Elementos da Cultura Corporal” (SOARES, 1992) que está cada vez mais presente na vida das pessoas, em diferentes manifestações, objetivos e interesse de seus praticantes, tendo uma capacidade enorme de influenciar na forma dos mesmos agirem, vestir-se, se comunicar.

A escola ao assumir a dimensão social do esporte-educação, passa a ter uma função formadora para os alunos, voltados para sua formação integral e para a cidadania (TUBINO, 2011), a partir dos princípios da coeducação, da corresponsabilidade, da participação, da integração e da cooperação.

Em vários momentos da história da humanidade, o esporte foi utilizado com fins educacionais, como na antiguidade onde já se pensava que este poderia ser um elemento da formação do homem grego (KORSAKAS E De ROSE JUNIOR, 2002). Na Modernidade, a partir de uma perspectiva pedagógica dos jogos ingleses, percebeu que este poderia ser um meio de Educação (KORSAKAS E De ROSE JUNIOR, 2002).

Na contemporaneidade, não são raros os autores que apontam para o esporte como uma ferramenta educacional. FERREIRA (2009) que acredita que toda prática esportiva deve ter a preocupação em educar o sujeito que pratica.

Para Montagner (2015, p. 13) “Necessitamos oferecer esporte às crianças e jovens, não apenas pelas suas muitas opções, mas pelas suas muitas possibilidades educacionais, culturais e princípios humanos potenciais”.

Para UNESCO (2003, p. 03) “Tudo o que influencia o comportamento e a personalidade é a educação” e o esporte possui a capacidade de educar para a ampliação do acervo motor, para a aquisição de questões intrapessoais como autoestima, autoconfiança, tomada de decisão, propicia um ambiente de relações interpessoais saudáveis, contribui para construção de valores e princípios éticos, bem como desenvolve os aspectos táticos e técnicos presentes nas diversas modalidades. E tudo isso é educação.

Devido a seu potencial educativo, a competição passa a ser um espaço para o autoconhecimento dos limites e potencialidades do sujeito, seja no esporte e/ou na vida, ao passo que Monteiro, Moraes e Carmona (2014) apud Aires (2016, p. 125) ressaltam que o esporte e a competição esportiva passam a ser “mais do que a luta pela conquista de um resultado, aquilo que chamamos de espírito agônico trata-se de um combate que o homem trava consigo mesmo para superar os seus limites e a sua condição”.

Entretanto, durante sua histórica presença na escola, percebeu-se que o mesmo recebeu um tratamento reducionista, estando distante da maioria das pessoas (SANTANA, 2005), o que em certa medida se tornou um grande equívoco, dado o potencial formativo que este fenômeno possui.

Gonzalez e Bracht (2012) entendem que o conhecimento apresentado pelos elementos da cultura, entre eles o esporte, são parte da cultura humana e faz-se necessário além de conhecer como praticá-lo, compreendê-lo profundamente de forma que possa contribuir com o exercício da cidadania plena, sendo este um dos objetivos da educação geral.

Para se colocar como um espaço de produção cultural, com pressupostos pedagógicos que colaborem com a proposta da escola, o esporte deve alcançar os benefícios de outras esferas da atuação social, como o fair play, a dedicação, perseverança, cooperação, disciplina, altruísmo, entre outros valores.

Assim, ele passa a ter importância e serve com excelência àqueles que deste fenômeno buscam conhecer, se apropriar e transformá-lo, ao passo que este não tenha um fim em si mesmo, mas sendo

praticada e servir como um meio de plena realização do aluno, um instrumento de educação para aprender a ganhar ou perder, como um meio de emancipação, e também um método de socialização e integração, já que a escola é o lugar por excelência da socialização sistemática para muitos jovens de ambos os sexos (FINK, 2010, p. 74).

Marques *et al.* (2007, p. 229) apresenta que o sentido da prática esportiva “diz respeito às razões e os valores transmitidos por ela”. Dessa forma, se o sentido do esporte for o de transmissão de valores do *fair play*, do altruísmo, da cooperação (mesmo que sejam valores padronizados por um código de ética geral, como não machucar o adversário), assim ele será, da mesma forma que o contrário é verdadeiro.

Para Montagner (2015, p.12) ao citar o autor português José Manuel Constantino, nos mostra que

os comportamentos esportivos não são automaticamente transferidos para as atividades sociais, assim, é uma ilusão supor que aprender regras esportivas tem um caráter de transferências automáticas para as “[...] competências cívicas ou de cidadania”. Isso só ocorre, segundo Constantino (2007), se ocorrer o crescimento de envolvimento e participação ativa e passiva das pessoas em torno do fenômeno esportivo em suas diferentes dimensões, sociais, políticas e econômicas, ou seja, nos seus diferentes cenários de atuação. Deixemo-nos guiar por essas reflexões.

O que se espera é que o aluno, ao jogar, ou em suas relações sociais cotidianas, possa realizar um equacionamento moral (LA TAILLE, 2006) dos valores positivos, o que pode ser adquirido com a prática esportiva, sendo que ele utilize-os de forma racional, dentro e fora do campo de jogo, sendo possível refletir sobre suas condutas sem falsos moralismos.

Neste sentido, para que

valores humanos positivos sejam incorporados ao comportamento dos alunos, eles precisam ter significado na vida da pessoa, serem sentidos,

vivenciando suas consequências, aliando as emoções vividas a reflexão racional do valor. Só assim, se aceito, pode passar a fazer parte de suas atitudes (JOAQUIM *et al.*, 2008, p. 547).

De forma que atenda aos pressupostos educacionais, o esporte deve ser vivenciado para que os valores positivos que este fenômeno possa oferecer aos seus praticantes sejam materializados, entendendo que isso tem mais significado e conseqüentemente mais aprendido, ou seja, sair do empirismo que historicamente se atribui ao esporte a partir apenas de ideias do que o esporte representava, sem um cuidado científico.

Para Soares (2008, p. 06)

Em sua forma educativa, o esporte promove, através de sua prática, melhora nas relações sociais, na saúde, podendo desenvolver a auto-superação e o autocontrole, fatores importantes para o bem-estar de jovens e crianças. Partindo desta visão é fundamental projetar uma prática esportiva educacional, onde o aluno conceba e incorpore o conhecimento tendo condições de modificá-lo, se preciso.

Para Machado *et al.* (2012, p. 167)

(...) é importante, ainda, os alunos vivenciarem e compreenderem valores humanos presentes nas práticas esportivas e nas relações humanas do dia a dia, incorporando condutas que levem em consideração a coletividade e não apenas interesses pessoais.

Estes valores, que possivelmente podem ser adquiridos pelo esporte, sofrem com frequência uma distorcida imagem quando associamos ao seu ensino, a vitória, ao sucesso esportivo, a atletas de alto rendimento que nem sempre são figuras de exemplos.

Para Paes, Montagner e Ferreira (2009, p. 10) o esporte na iniciação esportiva

[...] independentemente do seu cenário, deve pautar-se por objetivos, pela intencionalidade do processo, deve ser conduzida por uma proposta pedagógica, que leve em consideração um conjunto de princípios norteadores, que deverão balizar todo o processo de ensino e aprendizagem.

Dessa forma, o ensino dos esportes, incluindo os eventos em que ele se faz presente, como jogos interclasses, jogos intercolegiais, festivais esportivos, os quais estejam voltados para os meios escolares, faz-se necessário que os princípios norteadores deste processo valorizem os princípios de uma escola republicana e democrática, a fim de não desconstruir ou ao menos reduzir os princípios positivos do esporte.

Entretanto, nota-se que as manifestações esportivas que envolvem a participação de escolas não possuem propostas socioeducativas, ou estas não estão claras, sendo deixadas em segundo plano, alimentando um sistema que entende o esporte com um fim em si mesmo, descaracterizando os objetivos da escola nesse ambiente, que é uma formação integral voltada para cidadania.

Reverdito *et al.* (2008, p.39) afirmam que:

Quando os princípios pedagógicos são inexistentes, ou pouco claros, dificilmente será possível antever para onde a ação educativa será conduzida. Por conseguinte, os procedimentos pedagógicos dificilmente serão claros.

Estas manifestações devem partir dos princípios de humanização do sujeito, por mais complexo e subjetivo que isso seja, de forma que os efeitos positivos do esporte sejam contemplados e os negativos sejam diminuídos durante a prática.

Frente a estas possibilidades, deve-se entender que o esporte por si só não conseguiria atingir estas benesses. Faz-se necessário que o professor, pedagogo do esporte ou técnico, utilize de facilitadores didático-metodológicos para que os objetivos sejam alcançados. Ou seja, somente os princípios educacionais do esporte não são suficientes para que o esporte alcance sua finalidade educacional, sendo necessário que o professor tenha hábitos de planejamento, sistematização, aplicação e avaliação que contribuam para a emancipação do praticante.

Em todo o contexto histórico da Educação Física e também do esporte, entendendo sua presença maciça na escola, este esteve condenado devido a sua ligação com a competição e a dimensão do rendimento.

Santana (2005) apresenta que o esporte independentemente da dimensão em que se encontre, é educacional. O que não se pode perder de vista é qual praticante/aluno/cidadão busca-se formar, ou melhor dizendo, a quem irá ensinar.

Ensinar esporte é fazer com que o aluno/jogador possa

“Aprender o valor do ambiente cooperativo, das relações de respeito mútuo e de reciprocidade, do pertencimento, explorar a riqueza e oportunidades da fertilidade do ambiente esportivo, conhecer as regras e os modos de construção histórica” (MONTAGNER, 2015, p. 01).

Na mesma via Montagner (2015, p. 61) acredita que

seja inevitável o momento de se repensar a competição estudantil e que seja impossível se pensar em ensinar Esporte, desvinculado o fato de se aprender a competir. A competição é um conteúdo a ser ensinado nos projetos esportivos.

Atender aos princípios pedagógicos do esporte, repensando as competições esportivas, na modalidade futsal, torna-se um espaço de oferecer o que Santana (2008) ao parafrasear Freire (2003) apresenta como ser uma possibilidade de ensinar futsal a todos, ensinar bem futsal, ensinar mais que futsal e ensinar a crianças a gostar de esporte.

É neste sentido que se defende que o esporte deve estar presente na escola, nos intervalos das aulas, nos projetos esportivos, bem como nas competições esportivas escolares, devido ao seu potencial educativo, que leva o sujeito a gostar de esporte, ao passo que o conhece e o transforma.

3.2 A COMPETIÇÃO ENQUANTO UM ELEMENTO DO ESPORTE

É “impossível se pensar em ensinar Esporte, desvinculado o fato de se aprender a competir” (REVERDITO; SCAGLIA; MONTAGNER, 2013, p. 194).

Iniciamos este capítulo com uma afirmação que cerceia um tema bastante polêmico na Educação Física, que é a competição.

Estamos afirmando que o elemento da cultura corporal, mais hegemônico na história da Educação Física, considerado “o maior fenômeno do século XX” (TUBINO, 2001 apud Galvão, 2005) e “um dos hábitos que marcam nosso tempo” (CAGIGAL, 1972, apud Galvão, 2005), não pode ser ensinado sem a presença da competição. Tudo isso por que ele é uma característica essencial para o esporte.

Reverdito *et al.* (2008, p. 37-38) entendem que

A competição é elemento fundamental do esporte, que dá sentido a sua existência, e é nela que a manifestação do esporte se realiza em sua plenitude. Portanto, qualquer ação orientada para o ensino e aprendizagem do esporte não está desvinculada da necessidade de se aprender a competir.

No mesmo sentido que Machado *et al.* (2013, p. 133) apresentam que “a competição é uma das características do esporte, por conseguinte, deverá ser ensinada”.

A competição é um elemento do esporte, porém não é exclusivo deste fenômeno. Em outros setores da vida como no trabalho, na família e nas demais relações, ela também se faz presente (DE ROSE JUNIOR, 2004) e saber competir contribui para que possamos viver em sociedade (BALBINO *et al.*, 2013).

Na escola, de modo especial na Educação Física, ela também se faz presente, mas sofreu com os objetivos equivocados sobre sua utilização, ao ser colocada nas características da dimensão do esporte de rendimento.

Mas o olhar que equiparava as propostas competitivas “pedagógicas” aos grandes eventos esportivos como, Jogos Olímpicos, com uma supervalorização sobre o resultado final, o que de certa forma, alinhava-se ao reducionismo do ensino, limitado ao gesto técnico, foram base de críticas de abordagens

pedagógicas, que surgiram para romper com as propostas tradicionais no âmbito da Educação Física escolar.

Entretanto, nenhuma destas propostas conseguiu algum “tipo de organização de competições ou ainda princípios gerais que possam nortear uma competição pedagógica, sem negá-la” (REVERDITO; SCAGLIA, 2006 apud REVERDITO *et al.*, 2008, p. 37).

Esta supervalorização da competição, fez com que houvesse na escola, uma nova polarização equivocada, a negação da competição esportiva, ao passo que essa era entendida para poucas pessoas.

A negação da competição é em mesma medida que a sua supervalorização, um prejuízo irreparável para formação do sujeito, principalmente quando esse processo se dá por meio do esporte.

Se de um lado a negação do esporte na escola tinha como eixo a valorização da educação física para todos e a perspectiva de não seletividade dos alunos, de outro o abandono de uma efetiva atuação no esporte reforçou a perspectiva de falta de rumo neste campo (SCAGLIA; MEDEIROS; SADI, 2006, p. 15).

Casagrande (2011, p. 64) ao citar Moreno e Machado (2006) apresenta que

omitir a competição numa sociedade que a mantém em sua natureza é criar um quadro artificial que levará à aquisição forçada de situações abstratas, servindo mesmo para provocar ou acentuar desajustamentos, marginalização e conflitos diante da realidade social em que vivem, de fato.

Certamente, pela falta de objetivos claros a quem se destinava, a competição por vezes foi colocada como sendo a “mazela” do esporte, o que fez ou ainda faz com que muitos professores não considerem o esporte como uma ferramenta educacional. Freire (1997, p.153), “ao invés de tentar eliminar o caráter competitivo dos jogos, os professores deveriam procurar compreendê-lo e utilizá-lo para valorizar as relações”.

Neste sentido, um caminho a competição para escolares deve se afastar dessas polarizações. A competição é fundamental para o esporte, que por sua vez é um dos conteúdos da Educação Física e da escola, entretanto, não se trata de

qualquer competição e sim de uma competição que esteja ajustada aos seus praticantes (MONTAGNER, 2015, SCAGLIA; MEDEIROS; SADI 2006, PAES 2002).

Apesar de ser para o esporte um elemento essencial, sua presença não pode descaracterizar as possibilidades educacionais deste fenômeno. Assim, o professor de Educação Física que tematiza o conhecimento sobre o esporte nas aulas e demais espaços que este se encontra, deve ter um olhar pedagógico e transformador da competição, para que esta atenda aos objetivos da formação do aluno, conseqüentemente da escola.

Para que alcancemos os objetivos da emancipação do sujeito, modelos pré-determinados na lógica do desempenho máximo dos alunos não devem ser a proposta a ser seguida pela escola (REVERDITO; SCAGLIA; MONTAGNER, 2013), pois são alienantes e obsoletos (FARIA *et al.*, 2019, p. 06).

Assim, a competição deve ser ajustada para que se maximize os pressupostos pedagógicos do esporte e a aceitem como um ambiente de aprendizagem que cultive valores para o desenvolvimento social, moral e ético (BALBINO *et al.*, 2013),

Entendida assim, Leonardo (2018a) ao citar Choi *et al.* (2014) apresenta que

competir passa a se justificar não apenas como uma finalidade da prática esportiva e passa a assumir um papel fundamental no processo de ensino, vivência e aprendizagem esportiva, uma vez que mudanças implementadas nesse ambiente podem fazer emergir o grande potencial pedagógico presente também no ato de competir.

Neste sentido, a competição esportiva não é boa e nem má, passa a atender aos princípios e objetivos, que dela nos apropriarmos (FERRAZ, 2002). A esse despeito, o papel do professor é fundamental para que se almeje tais objetivos, pois, quando tratamos a competição no ambiente escolar, esta deve ter objetivos claros e bem delineados para que esta esteja a serviço da formação dos alunos e da função da escola.

A competição não pode ser negada e nem muito menos negligenciada, pois faz parte de nossa história enquanto humanidade e é um fenômeno Universal, que

possui muitos benefícios aos seus praticantes, desde que tenha objetivos bem orientados de sua utilização (VARGAS NETO E VOSER, 2001).

Scaglia, Medeiros e Sadi (2006) entendem que a competição é um elemento importante no processo formativo, entretanto, deve estar alinhada com o desenvolvimento do aluno de forma didático-pedagógica, a fim de ser uma ferramenta educacional.

O entendimento sobre a competição para crianças e adolescentes não pode ser o mesmo posto ao adulto, nem muito menos o esporte deve ser praticado sem o cuidado pedagógico necessário, em um modelo que se sustenta na busca excessiva pelo resultado da vitória, com regras rígidas e inflexíveis.

Neste sentido, os regulamentos, normas e regras de competições escolares devem ser formulados com o objetivo de proporcionar um ambiente educativo e de formação positiva, em que possíveis alterações são bem-vindas para alcançar um espaço democrático, sem perder seu caráter competitivo, pois este é um aspecto fundamental para a prática do esporte.

Segundo Martin *et al.* (2004) citado por Aires (2016, p. 126), devemos estabelecer funções a competição esportiva, que se configuram como formativas, sendo aquelas que contribuem para a aprendizagem dos elementos do esporte e as educativas, que visam contribuir com a formação do caráter do indivíduo. Essas duas funções trabalhadas em harmonia, estabelece ainda o que Harre (1987) citado por Aires (2016) como uma função social da competição, ao passo que o desenvolvimento do sujeito nesta perspectiva serve de “modelo” para os demais.

No entanto, o que se percebe é que na competição esportiva escolar, os agentes se valem apenas do desempenho máximo dos alunos, desprezando todas as dimensões do sensível, contribuindo para perpetuação de sobrepujança entre os jogadores.

Para Ferreira (2000, p.97)

A ênfase na vitória fica muito nítida quando são realizados jogos entre escolas ou turmas. Não são raras as vezes em que esses jogos descambam para a violência, envolvendo agressões verbais e até físicas por parte de atletas e torcidas, deixando de ser grandes momentos de confraternização para transformarem-se em verdadeiras “guerras”.

Essa relação sobre a vitória é tão nítida que, via de regra, os competidores que não compõem o pódio, não são premiados. E aqui não estamos apresentando uma premiação com medalhas e troféus, mas premiações com certificados de participação, que os parabenizasse pela sua participação, o que já seria uma forma de descaracterizar essa relação com o resultado final.

Em relação ao desempenho do jogador, esta também é uma situação bastante conturbada no universo da competição escolar, pois, estabelece ao cenário esportivo um ambiente de “guerra”, onde há sobreposição dos oponentes. Balbino *et al.* (2013) apud Faria *et al.* (2019, p. 06) apresentam que

Pedagogia esportiva busca o rompimento da significação reducionista da competição, baseada na fundamentação de que o vencedor sobrepõe-se ao perdedor, oferecendo diferentes compreensões sobre a situação de vencer ou de ser vencido.

Na competição esta relação não há o menor sentido. Os modelos tradicionais de competição buscam, ou ao menos reflete na eliminação dos competidores para que seja elucidado um vencedor. Obviamente, ao final das partidas teremos um vencedor, mas que não descaracteriza a posição do derrotado. Freire (1989, p. 153) elucida que “bastaria que todos os competidores, menos um, se retirasse da pista, para que não houvesse um vencedor, nem vencidos, nem competição”.

Desta maneira, Ferreira (2000, p. 99) entende que vencedores e vencidos, devem ter valor igual dentro da competição, pois, pensando assim

a competição seria canalizada para o fomento da lealdade, da generosidade, da coletividade e do respeito para com o adversário que, nessa perspectiva, é visto como companheiro, porém, em condições de adversidade. (...) A competição vista por esse ângulo perde sua face perversa e passa a se caracterizar como elemento integrante da atividade lúdica da criança, assumindo posição de destaque no processo educacional e de formação de sua personalidade.

Dessa forma, é necessário resgatar nas competições esportivas escolares, a relação de jogar com o outro, descaracterizando o jogar contra o outro, pois, essa

relação é que move a competição, onde sem meu oponente, não há competição e certamente não teremos esporte.

Reverdito *et al.* (2008, p. 42) entendem que

reconhecer o outro e valorizar aquilo que ele faz de melhor para ser apresentado é fundamental, principalmente revelado na necessidade de *cooperação* com o *adversário* para existir a competição.

Além disso, devemos reconhecer que todo o processo de formação esportiva é um espaço de aprendizagem. Faria *et al.* (2019, p. 06) ao citar Hirama e Montagner (2013) apresentam que estes autores

entendem que o sucesso na competição não é exclusividade dos vencedores, pois, independente do resultado são estimulados importantes valores como a superação das frustrações, a humildade, o esforço para superar os limites individuais e coletivos.

O que nos leva a crer que os objetivos dos jogos esportivos escolares, por tratar de sujeitos em processo de educabilidade e da participação de escolas, devem estar atrelados aos interesses da formação do sujeito e não reforçar os aspectos de vitória e desempenho físico, que fizeram parte da Educação Física em outros momentos de sua história.

Observando a competição a partir desse olhar, estabeleceremos uma substituição da proposta de desempenho máximo para a expressão de empenho máximo. Os alunos devem ser motivados a extrair o melhor de si, em uma proposta da “busca da excelência” que Spark (1987) citado por Ferreira (2000, p. 99) apresenta como “a condição na qual o esforço do indivíduo está voltado para o alcance de padrões ou objetivos pessoais sem qualquer referência particular ao desempenho de outros”.

Dessa forma, poderemos descaracterizar a supervalorização do resultado esportivo, ressignificando as propostas, contribuindo para o olhar pedagógico que as competições de forma “urgente” (REVERDITO *et al.*, 2008), necessita.

3.3 O ESPORTE NOS TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.

Há de se deixar claro que muitos são os tempos e espaços que o esporte se encontra na escola. Além das aulas de Educação Física, observa-se a presença deste nos jogos interclasses, nos intervalos das aulas, em programas de treinamento esportivo, nos jogos intercolégiais.

Dessa forma, ao passo que se compreende que o esporte é um conteúdo da escola (SCAGLIA; MEDEIROS; SADI, 2006) todos os momentos em que está presente, passa a ser um complemento da formação educacional dos alunos, até mesmo porquê caso nas aulas formais alcance os objetivos, pensados por uma escola republicana e democrática, o acesso nos espaços livres serão estimulados, o que faz com que os professores tenham zelo por este, bem como os demais elementos da cultura corporal.

Neste sentido, estes espaços devem ser ambientes pedagógicos e também precisam estar a serviço da humanização do aluno que joga e ao mesmo tempo aprende, de forma que para esta finalidade, possam ser ressignificados, o que revela a necessidade de uma intervenção pedagógica.

Nas aulas de Educação Física este elemento da cultura corporal (SOARES *et al.*, 1992), passa a ser um importante conteúdo a ser tematizado nas aulas, pois, Marques *et al.* (2008, p. 55) ao citar Paes (2002) apresentam que

O esporte na escola é importante por várias razões: ser um dos conteúdos da Educação Física, de ser a escola uma agência de promoção e difusão da cultura e até mesmo por questão de justiça social, uma vez que em outras agências o acesso ao esporte será restrito a um número reduzido de crianças e de jovens associados de clubes esportivos ou clientes de academias e/ou de escolas de esportes.

Neste sentido, o esporte ensinado na escola deve ter um olhar global para o que este fenômeno pode oferecer aos alunos. Paes (2001, p. 40) apresenta que o esporte deve

ser oferecido de forma que o aluno possa compreendê-lo integralmente, conhecendo suas diferentes modalidades; seu ensino deverá abranger

conhecimentos teóricos e práticos, dando a oportunidade do aluno de aprender e vivenciar seus fundamentos, compreender suas regras, bem como conhecer sua história e evolução.

Assim, percebe-se que aprender esporte está além de um “fazer” relacionado aos movimentos dos fundamentos esportivos, mas parte da compreensão deste fenômeno, ao ponto de conhecê-lo e transformá-lo, independentemente do tempo e espaço onde ele ocorre.

Dessa forma, a escola e a Educação Física como uma disciplina desta instituição devem entender que este fenômeno sociocultural deve ir ao encontro dos interesses de seu papel social na formação dos cidadãos (REVERDITO *et al.*, 2008), de forma que a emancipação do sujeito o dará suporte para que em um ambiente facilitador da aprendizagem possa conhecer e ressignificar o esporte (REVERDITO *et al.*, 2008)

Da mesma forma, os demais espaços que podem se apresentar com características do lazer, como nos intervalos das aulas, ou no sentido do treinamento esportivo, que caracteriza como um espaço que oferta novas oportunidades de aprendizado do esporte, devem estar alinhados a estas propostas.

Para Machado, Galatti e Paes (2012) baseado em uma gama de autores, apresentam que

O que não devemos perder de vista é que independentemente do cenário ou dos personagens, através de um tratamento pedagógico adequado, o esporte pode contribuir para a formação de seus praticantes de modo que os conhecimentos acumulados através de sua prática se concretizem dentro e fora da quadra.

Soares e Montagner (2008) afirmam que

Sendo, portanto, o esporte um conteúdo da Educação Física acreditamos estar no ambiente escolar, o caminho para o resgate de valores sócio-culturais, tais como; a cooperação, a convivência, a co-educação, a emancipação e a participação, visando buscar uma finalidade de ordem social, assim como, a educação de maneira geral.

Dessa forma, o ensino do esporte na escola deve assumir que este é um fenômeno que faz parte da cultura e se transforma ao longo das gerações, têm

3.4 COMPETIÇÕES ESPORTIVAS ESCOLARES

Os jogos esportivos escolares são uma expressão do esporte que compreende a participação de escolares, muito marcante no campo da Educação Física, motivo de muito entusiasmo por parte de boa parte dos alunos da escola, que esperam pelo momento de entrar em quadra ou de torcer pelas cores de sua escola.

Estes contribuíram com o desenvolvimento do esporte na escola, ao serem criados pelo Ministério da Educação nos anos 60, na perspectiva de reconhecer futuros talentos que pudessem representar o país (ARANTES *et al.*, 2012).

Arantes *et al.* (2012) a partir de uma análise histórica deste evento esportivo, estabelecem que o mesmo passou por quatro fases, sendo a primeira no período de 1969 a 1984, coincidentemente em um período de ditadura militar, sendo utilizado como uma “manobra” de aproximação da classe estudantil e o governo, que entre outras características estava a descoberta de talentos.

Na segunda fase que ocorre no período de 1985 a 1989, um olhar educacional para os jogos escolares tentava “desvincular definitivamente das competições, que superestimando o confronto entre estudantes e subvertendo o espírito de solidariedade, buscam exclusivamente o rendimento.” (Ministério da Educação, 1989 apud ARANTES *et al.* p. 919).

A terceira fase (1990-2004) mantém um foco na busca de talentos que é reforçada na quarta fase (2005 a 2010) que além deste propósito, vinculam os jogos escolares com o desenvolvimento integral dos estudantes (ARANTES *et al.* 2012).

Arantes *et al.* (2012) relata que com o passar do tempo, diferentes nomenclaturas como “jogos estudantis brasileiros” (JEB’s), “Olímpiadas colegiais” (OC), “Jogos brasileiros da juventude” (JEJ) foram adotados, assim como objetivos distintos de seleção de talentos esportivos, fomento da prática do esporte.

Podemos perceber que os jogos escolares em sua trajetória histórica, foi um dos propósitos que aproximaram o esporte de rendimento e da Educação Física na escola. Barroso (2018) nos aponta que, entre outros propósitos, as competições esportivas escolares são uma das responsáveis por tal presença e questiona que

a incorporação do éthos do esporte federado e/ou espetáculo à EF escolar, o que se desdobra em aulas orientadas às competições formais, identificação de talentos e o trabalho apenas com os melhores. Nesse formato, o professor deixa a sua função originária de lado para passar a ser um treinador, enquanto que os alunos passam à condição de atletas, perdendo a condição de estudantes. Fato este que, no ambiente escolar, deve ser amplamente questionado.

Percebe-se que durante todo o processo de desenvolvimento dos jogos escolares, essa relação com o esporte elitista, presente inclusive nas aulas de Educação Física, conduziram as propostas de intervenção pelo esporte, o que em certa medida contribuíram para várias críticas no campo do esporte, o que leva Frizzo (2013) a caracterizar estas propostas em “mecanismo de manutenção e eliminação” presentes nesta manifestação do esporte.

Graeff e Ghiggi (2012) fazem considerações a competições entre escolas ao citar Sawitzki (2010) apresentando que

Geralmente essas competições seguem os moldes e rituais do esporte espetacularizado, onde há uma lógica de rendimento/produktividade. A organização, as regras e os objetivos dos jogos escolares se confundem em muitos aspectos com os procedimentos do sistema esportivo institucionalizado.

Costa (2015) diz que:

Os Jogos Estudantis Brasileiros (JEB's) se perpetuaram ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990. Sua estrutura de competição era, basicamente, uma cópia fiel dos eventos esportivos organizados internacionalmente como as Olimpíadas e os Jogos Panamericanos (p. 73)

Para Barbieri (1999, p. 25) ao tratar dos jogos escolares com características do esporte de rendimento apresenta que

Nessas competições esportivas, também no âmbito da Educação, nos deparamos sempre com um contexto onde o individualismo, a rivalidade, o antagonismo, a tensão, a contração, a clausura, a pressão psicológica dão o tom e a forma do cenário e das relações entre os participantes.

O Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e o Ministério dos Esportes (ME), sendo o último a secretaria de alto rendimento a responsável pela organização, são órgãos

preocupados principalmente com a reprodução e ampliação do esporte espetáculo, que muitas vezes se materializa na realização e conquista de medalhas em megaeventos como campeonatos mundiais e Jogos Olímpicos.

Dessa forma, nos períodos em que estes órgãos estiveram, como atualmente está o COB e o ME, cuidando da organização dos jogos de âmbito escolar, os objetivos deste evento, mesmo que de forma “camuflada”, atendem aos anseios da instituição esportiva, ou seja, “reforça o caráter destas competições com um modelo de esporte institucionalizado” (FRIZZO, 2013).

O grande problema é que as competições esportivas escolares surgiram antes que os debates e reflexões sobre esporte educacional surgissem na área, o que fez com que o modelo vigente, o do alto rendimento, fosse a base de sustentação para tais propostas (BAHIA *et al.*, 2020) assim como acontece atualmente, apesar de toda reflexão que possa ter sido construída no decorrer dos anos.

Atualmente, os jogos escolares se apresentam como eventos esportivos disputados entre escolas, que compreendem a participação de jovens em idade escolar, com o objetivo de fomentar a prática esportiva, bem como os valores positivos do esporte, a fim de contribuir para o pleno exercício da cidadania (Regulamento Geral JEB's 2019). Aqui a descrição das competições esportivas escolares mostra um amadurecimento filosófico da área, que se acerta com os princípios que a escola busca alcançar, mas que na prática não ocorrem mudanças significativas.

Neste sentido, percebe-se que as descrições sobre objetivos e propostas dos jogos escolares, estão em desacordo com o que se observa na prática e no que historicamente vem sendo construído a partir deste evento. Este é mais uma proposta de esporte, financiado com dinheiro público, em que crianças em idade escolar saem de suas rotinas estudantis para participar de um evento seja como jogador, torcedor, em que as regras, normas e pressupostos não atendem as necessidades da maioria dos alunos, mesmo aqueles que participam dos espaços de treinamento esportivo no contraturno das aulas.

Gomes e Neves Junior (2013, p. 103) consideram que

a competição deve existir também nas atividades escolares, sejam elas internas ou externas, pois fazem parte do contexto de formação e aprendizagem do indivíduo como conteúdo relevante da educação física escolar, mesmo porque, todos devem ter a oportunidade de participar de eventos competitivos: gincanas, jogos inter-classes, jogos estudantis, escolares municipais, regionais, estaduais, brasileiros, entre outros.

Esta é uma lógica que já está posta sobre os jogos escolares, ou seja, que sejam uma reprodução do esporte de rendimento. Não há um questionamento para quem é a competição, nem muito menos a avaliação destes resultados. Os números em participação são cada vez menores, na mesma velocidade que a qualidade de nossas propostas acontecem.

Este é sem dúvidas o espaço de maior investimento na Educação Física escolar e que se bem utilizado, repensando as propostas a partir dos pressupostos educacionais do esporte, poderemos fortalecer a aquisição de elementos que precisamos ter como meta ao tematizar o esporte, buscando melhorar o conhecimento do esporte, o gosto pelo esporte, ensinar mais que esporte (FREIRE; SCAGLIA, 1999).

Assim sendo, nos parece razoável pensar em competições esportivas escolares a partir de alguns princípios que Barbieri (1999) outrora pensou para os Jogos escolares, que se manifestam rumo a um processo que oriente para a formação dos alunos a partir dos pressupostos pedagógicos do esporte, que atendam as necessidades globais dos participantes e que seja mais um espaço democrático de organização, reestruturação da competição com vistas ao desenvolvimento crítico dos alunos.

Visto isso, apesar da maioria dos eventos esportivos de caráter escolar mencionar nas suas propostas as ideias de intercâmbio social, cooperação e desenvolvimento do aluno, eles estão, muitas vezes, pautados na descoberta do talento esportivo (ARANTES, MARTINS e SARMENTO, 2012), o que descaracteriza as iniciativas de caráter educacional na participação nos jogos escolares.

4 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Em função da opção do percurso metodológico, esta é uma pesquisa documental e de campo, de natureza qualitativa, de caráter descritivo, exploratório e propositiva.

É entendida como qualitativa ao passo que busca analisar o significado das condições da vida humana, compreendendo os aspectos contextuais como os sociais, ambientais e institucionais (YIN, 2016). É descritiva por observar registrar e descrever as características de um determinado fenômeno ocorrido em uma população ou amostra, de caráter exploratório a medida que busca dar familiaridade ao problema a ser estudado (GIL, 2008). Assim, ao tentar compreender o cenário competitivo do JET's, este estudo possui caráter descritivo exploratório, tem como base a interpretação dos fenômenos e tem o ambiente como fonte direta dos dados (PRODANOV, 2013).

Em um segundo momento esta pesquisa é propositiva, ao passo que apresenta implicações para a competição escolar, na modalidade futsal, a partir dos dados obtidos nas entrevistas realizadas com os professores em conjunto com a pesquisa bibliográfica de outras propostas competitivas.

Por verificar a partir das falas dos professores, as alterações que são previstas nos regulamentos, normas e regras do JET's, esta pesquisa também se caracteriza como uma pesquisa de campo, que segundo Prodanov (2013, p. 59)

[...] é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual procuramos uma resposta, ou de uma hipótese, que queiramos comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. Consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que presumimos relevantes, para analisá-los!

A pesquisa documental “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser re-elaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, 2002). O autor destaca ainda que a pesquisa documental se equipara bastante com a bibliográfica, porém ela possui fontes mais variadas.

Os documentos oficiais e regulamentos do JET's do ano de 2019 foram analisados a fim de entender como a proposta deste evento funciona no que tange a materialização dos jogos e como ela está prevista, ou seja, como que as normas do regulamento se relacionam com os objetivos do evento.

4.1 Universo da Pesquisa

O universo da pesquisa foi o dos Jogos Escolares do Tocantins, e compreendeu seu regulamento geral e pelos 14 professores de Educação Física que participaram da fase estadual, no ano de 2019, na modalidade coletiva futsal. A fase estadual foi realizada na cidade de Palmas, capital do estado, que recebeu as escolas campeãs de cada uma das 14 regionais de ensino do estado. A escolha por esta fase se deu pelo fato que nela poderíamos encontrar o olhar de professores que atuam com a prática esportiva, no tocante ao futsal, abrangendo todas as regiões do estado, oferecendo um olhar destas práticas em todo o estado.

Devido ao tamanho do estudo seria impossível, apenas nesta pesquisa, trazer as necessidades particulares de todas as modalidades esportivas, presentes no JET's. Dessa forma, a escolha apenas pela modalidade futsal está centrada na maior familiaridade com o esporte e também pela maior adesão do número de equipes e, conseqüentemente, de professores em relação a outras modalidades, pois nas últimas edições percebe-se que o futsal foi o único esporte representado por todas as regiões na fase estadual, e isso poderia colaborar em melhores contribuições à pesquisa, pois, por ser mais fomentada, certamente carrega muitas contradições.

4.2 Participantes

Foram convidados a participar da pesquisa os professores que disputaram os Jogos Escolares na modalidade coletiva futsal, na categoria 12 a 14 anos no ano de

2019. Do universo apresentado, sendo o total de 14 professores possíveis, nove compuseram a amostra do estudo, pois se enquadravam nos itens de inclusão e exclusão e aceitaram participar da pesquisa.

Como critérios de inclusão temos que os participantes deveriam ser professores(as) de Educação Física Licenciados, ser professor(a) da escola e representante de equipe na modalidade futsal, de 12 a 14 anos, nos JET's 2019, declarar conhecer o regulamento geral e específico do evento e da modalidade futsal.

Como critérios de não inclusão optamos por não fazer parte da pesquisa os professores(as) que participaram deste evento pela primeira vez e que não assinaram o termo consentimento de livre e esclarecido (TCLE).

Foi realizado um primeiro contato com os professores de cada escola participante do JET's para convidá-los a participar da pesquisa. Com um parecer favorável foi agendado, durante o espaço de não competição, uma data e horário para aqueles que aceitaram participar e se enquadraram nos itens de inclusão da pesquisa, para responder as questões da entrevista.

4.3 Instrumentos e Coleta de dados

Para a coleta de dados foi utilizada uma entrevista estruturada, em que os professores participantes responderam a questões norteadoras contidas no apêndice. Além disso, realizou-se uma análise documental do regulamento geral e específico dos Jogos Escolares do Tocantins de 2019, de domínio público na internet.

Esta análise qualitativa dos dados serviu de base para auxiliar/ajustar a elaboração de uma proposta de adaptações da competição esportiva escolar, na modalidade coletiva futsal. Essa proposta foi aplicada de forma experimental (piloto), com o objetivo de observar se os pressupostos pedagógicos estariam presentes na competição elaborada, sendo que, após este evento, foi realizada uma entrevista semiestruturada com os professores participantes dele (apêndice II) e aplicado um

questionário aos jogadores das escolas participantes (apêndice III) a fim de adequar a proposta final de competição escolar deste estudo.

4.4 Procedimentos para a Análise de Dados

Para análise dos dados utilizamos a análise documental do regulamento geral e específico dos Jogos Escolares do Tocantins, por serem fontes confiáveis e que subsidiam a execução do evento. Esta parte da análise foi importante por auxiliar a identificar quais são as adaptações as normas e regras do evento, as quais estão presentes nestes documentos. Assim, a análise documental, neste momento, é uma fase inicial de representação das informações contidas no regulamento, facilitando o acesso e consulta as informações ali contidas no que tange as finalidades dessa competição em específico.

Para analisar as respostas obtidas nas entrevistas utilizamos a técnica “Análise de conteúdo” de Moreira; Simões e Porto (2005), que se configura como uma técnica de elaboração e análise de unidades e significados, consistindo-se na coleta de materiais a serem analisados, por meio de perguntas geradoras.

Esta técnica se divide em três momentos, sendo o primeiro intitulado como relato ingênuo, que para Moreira, Simões e Porto (2005, p.111) se denomina:

(...) relato ingênuo os dizeres do sujeito na sua forma original, sem alterar a grafia ou substituir termos por outros equivalentes. É o discurso em sua vertente “pura”, não sofrendo neste momento nenhum tipo de polimento ou modificação.

Este relato é adquirido a partir de perguntas geradoras, gravadas por aparelhos eletrônicos. O pesquisador concentra esforços em entender o discurso dos sujeitos da pesquisa. Neste sentido, a elaboração de perguntas geradoras deve evitar respostas monossilábicas, pois isso impedirá o pesquisado emitir detalhes de suas opiniões. Além disso, a técnica sugere anotar os comportamentos dos

pesquisados, no sentido de criar um pano de fundo, na compreensão do fenômeno estudado.

Em um segundo momento o autor da proposta de análise de dados busca o que intitula como “Identificação de Atitudes”. Nesta etapa, de posse dos relatos dos sujeitos, o pesquisador deve se atentar no sentido geral do discurso do pesquisado e selecionar unidades mais significativas, criando indicadores para, posteriormente, criar categorias de análises de interpretação, retiradas dos relatos ingênuos dos sujeitos da pesquisa.

O terceiro momento da técnica de análise de conteúdo corresponde a “interpretação”. Com as ideias sintetizadas nas unidades de significado, cabe ao pesquisador buscar compreender o fenômeno pesquisado em sua essência, recuperando pressupostos teóricos específicos a fim de confrontar com os relatos dos pesquisados.

Estas fases da análise dos dados puderam oferecer ao estudo a apreensão de achados importantes para entender como os Jogos Escolares do Tocantins são percebidos pelos agentes (professores) deste evento, que puderam contribuir com as implicações para a competição esportiva proposta para o evento piloto.

Para contribuir com a categorização das respostas lançou-se mão do método indutivo no qual para Lakatos e Marconi (2007) apud Prodanov (2013, p. 28)

Indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas. Portanto, o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam.

4.5 Aspectos Éticos

Esta pesquisa faz parte de um projeto aprovado em Comitê de Ética da Universidade Federal de Goiás, parecer nº 2.872.245 e tem o apoio e parceria da Capes no que tange o fomento da mesma enquanto bolsa de estudo para o pesquisador em questão. Os indivíduos que fizeram parte da pesquisa foram



convidados a participar voluntariamente, sendo-lhes esclarecido os objetivos, os riscos e benefícios. As informações e dados apresentados serão mantidas no mais absoluto sigilo, buscando garantir a privacidade, integridade e preservação dos participantes da pesquisa após a publicação dos resultados. Para participar os sujeitos leram e assinaram o TCLE. Para a preservação do anonimato dos voluntários eles receberam siglas como S1, S2 e assim sucessivamente, de acordo com a ordem de entrevista.

Foi realizada uma visita à Secretaria de Educação, Esporte e Juventude do estado do Tocantins, com o intuito de solicitar da pessoa responsável pelo evento e pelas escolas à assinatura do termo de consentimento, que autorizou efetuar a pesquisa.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Tocantins é o estado mais novo da federação e tem nos Jogos Escolares do Tocantins (JET's) o seu maior evento esportivo, voltado para crianças em idade escolar e em formação esportiva. No ano de 2019 chegou a sua XXIV edição e é sempre motivo de grande entusiasmo por parte dos alunos e da comunidade em geral, principalmente de cidades pequenas, onde o JET's se torna um evento social, com ginásios lotados para assistirem aos jogos entre escolas, considerados verdadeiros "clássicos" locais.

O JET's compreende a participação de escolas municipais, estaduais, federais, bem como das instituições da rede privada de ensino do Tocantins, em duas categorias: de 12 a 14 anos, para alunos que supostamente estão na segunda fase do ensino fundamental, e de 15 a 17 anos, para alunos que deveriam estar cursando o ensino médio.

Para tanto, realizamos a análise do documento oficial deste evento para o ano de 2019 e entrevistamos professores que disputaram a etapa estadual do mesmo ano, chegando aos resultados que serão apresentados e discutidos abaixo.

Neste momento do estudo decidimos por apresentar os resultados em conjunto com a discussão, a fim de tornar a análise mais organizada e menos repetitiva. Serão apresentados inicialmente as categorias de análise que emergiram a partir das entrevistas com os professores, fazendo a relação com a proposta do regulamento original dos Jogos Escolares do Tocantins.

Neste sentido os resultados deram origem as categorias de análises apresentadas no quadro abaixo, que serão analisadas e discutidas a seguir.

Quadro 02: Quadro de categorias de análises

QUADRO DE CATEGORIAS DE ANÁLISES										
Categorias	Professores(as)									Documentos oficiais
	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	
Alteração de regras										
Tamanho da bola										X
Número de inscritos										X
Substituição obrigatória	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Transgressão as regras										

Número inferior de atletas	X	X		X			X		X	
3. Sugestão de alteração										
Flexibilização do uniforme	X									
Tamanho da quadra				X		X	X			
Seleção dos Jogadores					X					
Sanção disciplinar				X						
Exigência do n° mínimo de jogadores				X						
Competições paralelas					X					
Arbitragem educativa										
Atitudes educacionais da equipe de arbitragem	X	X	X			X		X		

5.1 Regulamento

O regulamento geral dos jogos escolares do Tocantins apresenta um panorama geral dos objetivos, características principais, formas de disputa entre outras questões relacionadas a este evento.

No ano de 2019, o referido documento apresenta em seu art. 41 que:

Haverá Regulamento Específico para cada modalidade esportiva oferecida nos jogos e a elas serão aplicadas as regras adotadas pelas respectivas Federações Internacionais e Confederações Brasileiras, salvo o estabelecido neste Regulamento Geral e no Regulamento Específico de cada Modalidade.

O artigo acima apresenta uma relação dos JET's como modelos estabelecidos por instituições que, prioritariamente, se preocupam com o desenvolvimento do esporte a partir de uma dimensão do rendimento, o que descaracteriza em certa medida, as proposições da escola republicana e democrática, pois, bem sabemos que esta dimensão do esporte, torna-se um espaço com maior índice de exclusão, que não entende a relação de oposição como benéfica e uma profunda valorização do resultado final do processo.

O JET's, por ser um evento de caráter educacional, deve estar atento aos pressupostos pedagógicos do esporte, aos objetivos da Educação Física escolar e da escola, de forma que seja mais um espaço de formação dos alunos.

5.2 Alteração de regras

5. 2. 1 Tamanho da bola

Quadro 03: Quadro sub-categoria de análise - tamanho da bola

QUADRO DE CATEGORIAS DE ANÁLISES										
Categorias	Professores(as)									Documentos oficiais
	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	
Alteração de regras										
Tamanho da bola										X

Ao falarmos de adaptação das regras de uma determinada modalidade esportiva, entendemos que estas são possíveis de se adaptar, ao passo que interferem no ritmo do jogo, de forma que este seja modificado para atender as necessidades de quem o pratica, sem perder a sua essência.

Compreendemos que estas alterações podem ser estruturais, sendo aqueles que correspondem as questões físicas, como tamanho da quadra, bola e alterações funcionais, nas quais as mudanças diminuem a complexidade do jogo ou aumentam as possibilidades de participação (BUNKER & THORPE, 1982 apud MILISTETD *et al.*, 2014), tais como simplificar uma regra, exigir um tipo de sistema de defesa, entre outras.

Ao analisarmos o regulamento específico da modalidade Futsal do JET's, percebemos que este segue as orientações do esporte de rendimento, institucionalizado pela Confederação Brasileira de Futsal (CBFs), com pequenas alterações, sendo que estas ficam a cargo do tamanho da bola, do número de jogadores inscritos e da substituição obrigatória.

Como podemos ver no art. 1º deste regulamento apresenta que

A competição de Futsal dos JOGOS ESTUDANTIS DO TOCANTINS será realizada de acordo com as regras oficiais da FIFA, adotada pela Confederação Brasileira de Futebol de Salão - CBFS, salvo o estabelecido neste Regulamento (p. 15).

Apesar de estar previsto no regulamento específico da modalidade, nenhum dos entrevistados apresentou que a bola seria uma adaptação à regra do jogo. Certamente não foi observada, pois a bola do tamanho específico para categoria adulta, sendo este o tamanho utilizado nos jogos, é um material comum para escola, sendo utilizada nas aulas de Educação Física e demais tempos e espaços esportivos.

O artigo 11 do regulamento específico apresenta de forma bastante genérica que, “A bola de jogo terá as características da bola adotada oficialmente pelos Jogos Escolares da Juventude” (p. 17), mas não existe no documento a referência correta a ser adotada na fase nacional.

Ao que foi observado, a bola de jogo não é adequada a todos os alunos, visto que se enquadra no item b da regra 02 do futsal, vista a seguir:

Para as categorias adultas, Sub-20, Sub-17 e Sub-15, masculinas e femininas, a bola em sua circunferência terá no mínimo 62 (sessenta e dois) centímetros e no máximo 64 (sessenta e quatro) centímetros. Seu peso terá no mínimo 400 (quatrocentos) gramas e no máximo 440 (quatrocentos e quarenta) gramas.

Os alunos na faixa etária de 12 e 13 anos deveriam jogar com a bola de tamanho inferior ao que é oferecido, como apresenta o item c da regra oficial de futsal.

Para a categoria Sub-13, masculina e feminina, a bola em sua circunferência terá no mínimo 55 (cinquenta e cinco) centímetros e no máximo 59 (cinquenta e nove) centímetros. Seu peso terá no mínimo 350 (trezentos e cinquenta) gramas e no máximo 380 (trezentos e oitenta) gramas.

Certamente, o tamanho da bola pode causar uma dificuldade maior em jogar por parte dos alunos das idades inferiores. Leonardo (2018c) ao analisar adaptações

em competições de handebol para crianças, apresenta que o tamanho da bola pode interferir na participação e até mesmo na possibilidade de continuidade do jovem jogador no esporte.

Apesar de o estudo de Leonardo (2018c) ser relacionado com o handebol, em que há uma dificuldade do tamanho da bola pelo domínio em segurá-la com as mãos, é possível fazer a mesma observação para o futsal, em que o tamanho da bola interfere no gesto motor executado pelos jogadores.

Da mesma forma, Miller (1997) citado por Milistetd *et al.* (2008, p. 152) ao testar diferentes tamanhos de bola de voleibol, na execução de gestos técnicos, detectou a necessidade de alterações na estrutura do jogo para crianças.

Hagen (2002), ao tentar estabelecer alterações nas competições de futebol para crianças, apresenta que uma bola muito pesada, pode prejudicar a criança na execução de gestos técnicos como o passe. O mesmo autor reitera que utilizar o material adequado, ao desenvolvimento físico dos alunos/jogadores, pode auxiliar no êxito das ações, contribuindo para o sucesso do coletivo.

Segundo Bayer (1994) a bola é um dos seis elementos comuns que são invariantes nos jogos esportivos coletivos, e esses elementos compõe a natureza estrutural da lógica interna dos JEC's. A saber, bola, espaço, alvos (metas), regras, colegas e adversários apesar de serem elementos invariantes, são passíveis de alterações que contribuem consideravelmente para gerar instabilidades técnicas e táticas.

Assim, ao criar alterações em um desses elementos há também um desequilíbrio gerado na lógica interna, modificando as ações funcionais do jogo. Afinal, a natureza estrutural do jogo esportivo coletivo está diretamente relacionada com a funcional, incluindo o futsal (SANTANA, 2019).

Aires (2016, p. 130) ao citar Marques (1997) apresenta que

as modificações necessárias nas competições se justificam pela necessidade de criar situações de facilitação que permitam aos indivíduos a participação em atividade competitivas ao nível de suas qualidades e capacidades condicionadas pelos estágios de desenvolvimento, pela idade e pelo nível de treino.

Entendemos que o implemento do jogo pode influenciar na ação motora das crianças que participam do evento, juntamente com a forma como a categoria é organizada, em que podemos ter uma diferença cronológica próxima a 4 anos a qual está diretamente relacionado com a diferença de desenvolvimento físico entre os participantes, o que pode prejudicar sua permanência nos jogos, ou até mesmo a sua escolha por parte do professor, devido a menor força física para executar os fundamentos do jogo, como o chute, por exemplo.

Neste sentido, a bola passa a ser uma alteração funcional importante, ao passo que muitas crianças que participam dos jogos escolares necessitam de jogar com um material adequado a seu desenvolvimento físico, para que possam aprender melhor, aumentando a autoestima e consequentemente as chances de permanência no esporte.

5. 2. 2 Número de inscritos

Quadro 04: Quadro sub-categoria de análise - número de inscritos

QUADRO DE CATEGORIAS DE ANÁLISES										
Categorias	Professores(as)									Documentos oficiais
	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	
Alteração de regras										
Número de inscritos										X

Outra alteração que pode ser observada no regulamento do JET's, na modalidade futsal diz respeito ao número de atletas inscritos. Esta competição permite a inscrição de no máximo nove atletas, para esta modalidade, ao passo que na regra oficial do futsal este número sobe para 14 jogadores.

Entendemos que esta limitação tem origem nos documentos dos Jogos Escolares da Juventude e possui um caráter financeiro, ao passo que reduzindo o número de jogadores, há uma economia com alimentação e transporte.

Alterações nas regras do esporte para crianças são importantes, como já discutido anteriormente, porém percebe-se que no JET's algumas delas vão na contramão dos pressupostos pedagógicos do esporte, como a questão da bola e do

número de inscritos, alimentando o aspecto da seleção dos melhores que o esporte sempre esteve ligado, privando a maioria dos alunos da participação.

Ao menos nas competições caseiras deste evento, ou seja, nas fases municipais, deveriam ser pensadas alterações que estimulem a participação dos alunos, sem ter a preocupação com a fase nacional, pois parece que tudo que se coloca nas fases anteriores está ligada aos Jogos da Juventude, como se a maior parte dos alunos tivessem a oportunidade de participar desta fase.

O participante S2 ao falar das regras do Futsal nos Jogos Escolares apresenta que:

Eu acho que as alterações estão dentro do que o COB e a regra das olimpíadas escolares nacionais pedem. E acho que tende a cumprir, porque eles já fazem baseado no que é os jogos escolares nacionais. As regras são da forma que vai ser lá, certo? Então eles cobram porque quando chegar nos jogos escolares, essas regras que estão sendo passadas aqui serão pedidas lá (...)

A fase nacional e suas alterações devem ser preocupações para apenas uma escola, quando chegar a ter esta oportunidade, até lá existe um caminho largo em que muitos deixarão de vivenciar. O espaço do JET's deveria ser ampliado na possibilidade de participação, no número de inscritos, na quantidade de eventos e etapas, de forma que possamos fomentar o esporte com pressupostos pedagógicos para a formação dos alunos deste estado.

Permitir que mais alunos possam participar dos JET's é essencial para a democratização do ensino do esporte, uma vez que a competição é elemento fundamental do esporte, e seu processo de ensino e aprendizagem não pode estar desvinculado do aprender a competir, seja nas aulas de Educação Física ou nas atividades extracurriculares (REVERDITO *et al.*, 2008). O acesso a competição é tão importante quanto o acesso a condutas pedagógicas de aulas ou treinos (LEONARDO, 2019).

Ao entender essa característica importante e inerente ao esporte, faz-se necessário compreender que, se trabalhada corretamente, a competição pode tornar a prática esportiva ainda mais motivante, fazendo com que a experiência contribua

para o desenvolvimento não só físico, mas também para o emocional e social dos alunos (SIEDENTOP; HASTIE; VAN DER MARS, 2004), quando trabalhada de forma educativa, incentivando a cooperação, sociabilização, solidariedade, entre outros fatores.

Assim, ambas adaptações (bola e número de jogadores) são importantes e precisam ser previstas em competições esportivas para crianças, mas não podem ser peças de restrição de sua participação, principalmente em competições esportivas ditas educacionais. Faz-se necessário aumentar o número de participantes ao mesmo tempo e adequar as demais alterações estruturais e funcionais voltadas para o aprendizado deles.

5. 2. 3 Substituição obrigatória

Quadro 05: Quadro sub-categoria de análise - substituição obrigatória

QUADRO DE CATEGORIAS DE ANÁLISES											
Categorias	Professores(as)									Documentos oficiais	
	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9		
Alteração de regras											
Substituição obrigatória	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Além das alterações já apresentadas, encontramos também as “substituições obrigatórias”, que estão previstas no artigo 03 do regulamento, e tem como objetivo promover a participação de todos os alunos, que estejam em condições de jogo, de participar das partidas da fase classificatória.

O técnico definirá quando os alunos-atletas que não jogaram o 1º quarto e estão em condição de jogo, jogarão um dos 03 quartos restantes (2º ou 3º ou 4º quarto) em tempo integral e não poderão ser substituídos até o final do quarto jogado, salvo em caso de contusão, atestado por médico e/ou constatada pela Coordenação de quadra ou equipe de arbitragem. O aluno/atleta contundido não poderá retornar ao jogo se o mesmo tiver sido substituído (p.15)

Esta foi a única alteração identificada pelos participantes da pesquisa e que em certa medida é vista como uma alteração importante para atender os pressupostos pedagógicos do esporte, como podemos perceber na fala do S5:

Bom, a alteração que a gente mais percebe é a questão da (...) obrigação de fazer substituições, né? (...) eu acho bem interessante a questão de poder dar oportunidade pra todos os atletas participarem, né? Por que eu acho injusto a gente trazer atletas e não os colocar por serem abaixo dos que tão em quadra ou por outros motivos.

Assim como na fala do S3, que apesar de não entender a “substituição obrigatória” como uma regra, entende como uma alteração importante:

Uma regra propriamente dita não, agora eles inventaram uma forma de fazer o revezamento do banco de reserva, de maneira que garante a participação de todos os alunos. Nenhum aluno volta mais pra casa sem ter participado pelo menos dos jogos da fase de grupo. Todos os jogadores que estão no banco são obrigados a participar.

Para esta regra, o jogo é dividido em quatro quartos de sete minutos e meio, em que, nestes períodos, ocorrem as substituições. Todos os alunos em condições de jogo devem jogar no mínimo um destes quartos, sem que seja substituído, a menos que por questões médicas não possa continuar, como podemos perceber na fala do S2:

(...) nos quatro quartos da partida, sete e meio, tem que fazer a troca. De um lado tem quatro jogadores, num banco do outro tem quatro, tem que troca os quatro com sete minutos da partida, todo mundo tem que jogar.

Se analisarmos apenas pelo viés que esta alteração prevê, que é a participação de todos, podemos concluir que ela seja necessária e que tem um papel fundamental para atender aos pressupostos do esporte.

Difícilmente o aluno poderá compreender melhor o jogo, apenas sentado ou na pior das hipóteses, excluído, o que pode ocorrer é o abandono do esporte. Ao mesmo passo de que um tempo curto ou curtíssimo de participação pode gerar frustrações.

Gomes e Neves Junior (2013, p. 103) aponta que a competição esportiva pode gerar efeitos negativos aos participantes se “não participarem, ficarem fora das atividades propostas, ou participarem e se sentirem inferiores, frustrados”.

Como aprender a jogar futsal sem praticá-lo? Aprende-se a jogar futsal jogando. Essa regra garante que os alunos, mesmo aqueles com menor desempenho, possam ter um momento de aprendizado ao participar das partidas oficiais.

Nesses momentos competitivos muitas vezes acontece de que, para vencer o jogo, os professores acabam por priorizar que os jogadores mais habilidosos fiquem mais tempo em quadra. Este não foi um dado coletado neste estudo, porém, observa-se na literatura uma preocupação com a oportunidade de participar do jogo. De acordo com Copley, Abraham e Baker (2008) a quantidade de tempo e a oportunidade disponível para a prática influenciam diretamente no desenvolvimento das habilidades necessárias para a realização esportiva. Ainda, segundo os autores, essa oportunidade é influenciada pela idade relativa dos participantes, ou seja, alunos mais velhos acabam tendo mais oportunidade de prática do que os mais novos.

Este é um dos efeitos da idade relativa, na qual alunos que nasceram mais próximo dos primeiros meses do ano possuem mais vantagens em relação aos que nasceram nos meses intermediários ou finais (MUSCH & GRONDIN, 2001, apud LEONARDO *et al.*, 2018d).

Podemos ir além, entendendo o que Merton (1995) considera como “efeito Matheus”, em que os alunos/jogadores que participam mais, tem maiores possibilidades de aprender, em comparação aos alunos/jogadores que são excluídos ou que participam menos das partidas e/ou da competição.

No âmbito escolar foi observado o efeito da idade relativa entre crianças e adolescentes entre 11 a 14 anos (COBLEY; ABRAHAM; BAKER, 2008), mesma faixa etária do presente estudo, mostrando o quão necessária é uma regra que priorize a participação de todos os jogadores- alunos.

Caso os Jogos Escolares do Tocantins optassem pela divisão do evento em um maior número de categorias, isso poderia oportunizar maiores e melhores participações dos alunos/jogadores, ao passo que Leonardo (2018c, p. 101) apresenta que:

A partir dos 13 anos de idade, os ambientes competitivos tornam-se mais exigentes, promovendo maior especialização esportiva. Esta etapa é marcada por processos de seleção mais frequentes e, portanto, influenciado pelos efeitos da idade relativa e status de maturação, podem culminar na diminuição da quantidade de praticantes em detrimento dos mais desenvolvidos num determinado momento.

Dessa forma, Leonardo (2018c) entende que a oferta de níveis competitivos distintos pode garantir que espaços de prática sejam garantidos a atletas com diferentes níveis de conhecimento e desenvolvimento esportivo, independentemente da sua idade cronológica.

Para aumentar a oferta de participação nos jogos escolares provavelmente não seja prudente apenas elevar o número de inscritos por equipe. A este feito os estudos Hill e Green (2008) e Burton, Gillham e Hammermeister (2011) apud Leonardo (2018), apresentam que equipes com um número menor de jogadores favorecem no aprendizado e na motivação do praticante devido a maior participação dos jogadores em tempo de jogo.

No mesmo sentido, o estudo de Rotella e Burker (1998) apud Fonseca (2004) apresenta que os jogadores de Beisebol de divisões de base preferem jogar mais tempo do que vencer as competições.

Certamente, estar em quadra é a ação mais esperada que todo aluno/jogador de futsal que está no JET's espera. Da mesma forma que não participar em nenhum momento do jogo, ou ter uma participação ínfima, pode trazer frustrações e levá-lo ao abandono da prática esportiva.

Neste sentido, uma forma de possibilitar uma maior participação dos alunos ao JET's, seria a permissão para que escola, caso seja necessário, inscrevesse mais de uma equipe. Dessa forma, há possibilidades dos alunos estarem mais tempo em quadra, sem a necessidade de aumentar o número de jogadores no banco de reserva. Assim, com o banco de reservas menor, diminuiria consideravelmente o rodízio de jogadores (mas ainda sim a participação de todos continuaria sendo importante), oportunizando uma maior participação em competições esportivas.

Dessa forma, atendendo objetivos pertinentes a este formato de competição poderemos “inverter a lógica das competições de caráter olímpico e tradicional, da competição para o resultado, a medalha, o índice (...)” (SCAGLIA, SADI & MEDEIROS, 2006, p. 07).

Portanto, deve-se criar condições para que os alunos participem, vivenciem, aprendam e aprendam bem o esporte, por meio de todas as manifestações que ele encontrar na escola, ou que esta estiver presente. As substituições obrigatórias podem ser uma ferramenta que contribua neste processo, mas que necessita ser redimensionado para evitar frustrações por parte dos alunos e até mesmo transgressões por parte de seus formadores.

5.3 Transgressão as regras

Quadro 06: Quadro sub-categoria de análise – número inferior de atletas

QUADRO DE CATEGORIAS DE ANÁLISES										
Categorias	Professores(as)									Documentos oficiais
	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	
Transgressão as regras										
Número inferior de atletas	X	X		X			X		X	

A categoria “transgressão as regras” faz referência a categoria de análise “substituição obrigatória”, visto que esta atitude diz respeito a esta adaptação as regras deste esporte.

Apesar da existência de outras alterações, na regra do futsal nos documentos oficiais dos JET’s, a substituição obrigatória é a única alteração percebida pelos professores e apesar disso é transgredida, pois os professores das escolas participantes inscrevem o número mínimo de jogadores, porém, levam para o jogo um número inferior a este mínimo de inscritos, como percebido nas falas dos sujeitos:

Aplicada ela é, até porque assim né [...] esses é um dos problemas, acaba se tornando estratégia, então assim muitas vezes os professores nem pensam em qual que é o objetivo dessa única regra que é mudada

(substituições obrigatórias) [...] eu compreendo que seria a participação, mas a gente não vê isso, a gente vê como estratégia para "o que podemos ganhar em cima disso. (S1)

eu perdi muitos títulos, então aí você traz os atletas, aí às vezes o professor tem lá 5 atletas bons e ele trazia só 5 bons, aí eu trazia os 10 ou 5 bons e o restante mais ou menos e todos querem jogar porque é educativo. Eles querem vir, eles querem demonstrar seu talento e aí nessa troca você levaria chumbo da equipe com 5 Jogador. Você treinar 5 jogador é muito mais fácil do que você treinar 10, então a vantagem é pra quem trouxe 5, porque naturalmente dá um entrosamento muito melhor do que ficar treinando 10 que vai colocar em reserva. Então essa regra que eles criaram para entrar os que estão na reserva e é obrigatório entrar proporcional ao que tá do outro lado, ela dá a chance para mais atletas possam estar participando. (S2)

[...]porque talvez tenha professor que traz 6 alunos de nível alto ou tem outros que traz 10 aí 4 não é de nível alto ou 2 e acaba prejudicando sua equipe, né? (S9)

[...]as substituições são feitas de acordo com a equipe que menos atletas, agora que você citou eu me recordei que isso aconteceu na nossa fase regional, eu me lembrei que isso aconteceu, então tem alguns professores que já fazem isso de propósito pra burla essa regra. (S7)

Apesar do regulamento específico da modalidade garantir a substituição obrigatória, existe o gatilho das substituições proporcionais, como apresentado no regulamento específico da modalidade "As substituições obrigatórias (...) levarão em consideração a proporcionalidade alunos/atletas em condição de participação para o início do jogo para ambas às equipes (p. 15).

Esta brecha no regulamento não indica o número mínimo de atletas para jogar, de forma que, mesmo com um número mínimo de inscritos, a escola tem o direito de levar um número inferior de jogadores, o que se torna uma estratégia de transgressão da única alteração observada, para selecionar os melhores jogadores.

Vale ressaltar ainda que no item subsequente o regulamento específico do futsal apresenta sobre as substituições obrigatórias que:

As regras estabelecidas nos itens 3.2, 3.3 e 3.4 serão obrigatórias somente na fase classificatória e ou em disputa em chave única. Nas fases seguintes serão utilizadas as regras oficiais adotadas pela CBFS (p. 15).

As brechas que o regulamento apresenta descaracterizam o caráter educacional que o evento tem como objetivo, ao passo que limita a participação do máximo de alunos.

As substituições obrigatórias nessa faixa etária é uma atitude comum em eventos esportivos, mas nem sempre surte efeitos positivos como mostra Siegenthaler e González citado por Leonardo (2018a, p. 99) que relatam que:

[...]em competições com obrigatoriedade de substituições, treinadores orientados pela vitória a qualquer custo deixam de levar propositalmente para o jogo atletas percebidos como menos habilidosos, reduzindo o número de atletas no banco de reservas e ampliando a possibilidade de manter em quadra apenas os melhores atletas de seu plantel sem se contrapor ao regulamento.

Leonardo (2018, p. 101) conclui em seu estudo sobre as substituições obrigatórias em competições esportivas na modalidade handebol como

[...] frágeis em termos de promoção de oportunidades de participação competitivas, pois se tornam altamente dependentes dos interesses de treinadores que podem manipular a obrigatoriedade de substituições num sentido negativo para a prática esportiva de jovens.

As alterações funcionais e estruturais do jogo podem ser uma possibilidade de criar melhores oportunidades aos participantes em competições esportivas para crianças e jovens, entretanto, seja qual for a alteração, o papel do professor no processo formativo é fundamental, de forma que a regra alterada por si só não conseguirá atingir os efeitos educativos que podem ser proporcionados pelo esporte.

Dessa forma, os professores devem entender seu papel na formação dos alunos por meio do esporte e da competição esportiva, pois, como nos aponta Leonardo (2018a, p. 88), um professor

[...] engajado em fazer da competição um contínuo ambiente de formação esportiva deve atuar de maneira convergente com os objetivos da competição modificada, de modo a criar um clima motivacional que oriente a competição para a aprendizagem, pois as condutas e atitudes do treinador são capazes de influenciar as condutas de seus atletas.

Para Mesquita (2000) apud Aires *et al.* (2016) a competição esportiva pode gerar um misto de implicações a seus participantes e, dessa forma, a intervenção do

professor passa a ser crucial para que atitudes formativo-educativas existam no contexto esportivo.

Proporcionar a participação de todos os jogadores que estejam em quadra é sem dúvidas uma preocupação importante quando se tratar de competição esportiva educacional, pois, não há condições de aprender bem esporte, aprender a gostar de esporte evitando-o, isso poderá ocasionar em uma relação de descrédito e desencantamento com este fenômeno.

Milistetd *et al.* (2008) entendem que a competição é um elemento fundamental na formação esportiva das crianças, e que na faixa etária infanto-juvenil ela deve ser um complemento das aulas e dos treinos, e orientada pelos valores pedagógicos e de inclusão, sua formação deve ser realizada por meio de uma didática adequada que potencialize a formação de uma base multifuncional. No entanto, o regulamento já prevê um número pequeno de participantes, e alguns professores optam por levar menos alunos do que o permitido pelo regulamento, gerando assim menor oportunidade para prática dos alunos que nem mesmo foram selecionados para participar da competição.

Na fala do participante S3 encontramos a situação da cobrança por parte da escola, que certamente não entende sobre esporte e os objetivos dos jogos escolares, mesmo nesta fase de ensino, como uma proposta educacional.

[...] o lado educacional é muito pouco visto, muito pouco notado nos jogos estudantis aqui reina a competição essa parte educacional de lado nenhum infelizmente nem de nós técnicos ela não acontece porque a escola cobra resultado né? E o evento em si não proporciona nada que venha trazer essa pedagogia do esporte pra cá esse esporte-educação essa inclusão esse esporte de participação não tem isso aqui, competição infelizmente é competição.

Neste sentido, não se acredita que toda a culpa deve ser despejada nos professores, ao passo que sabemos que eles, sobretudo aqueles que não são estáveis na carreira, sofrem com a cobrança da comunidade escolar, em relação aos resultados esportivos nos jogos escolares, o que não justifica posturas imorais ou antiéticas (vistas do ponto de vista mais geral), mas que não contribuem no sentido

de apoiá-lo a fazer com que sua prática pedagógica, inclusive nos jogos, atendam aos pressupostos educacionais do esporte.

Mesmo diante de algum debate do ponto de vista da ética ou moral acredite-se que o esporte tenha suas características particulares, burlar ou não cumprir com as regras e alterações que o próprio professor sugeriu e/ou concordou, passa a ser uma postura antiética.

Leonardo (2018a, p. 99) ao citar Cumming, Smoll, Smith e Grossbard (2007) apresenta que esta atitude dos professores pode

[...] influenciar mais negativamente o sentimento de prazer percebido na prática esportiva se comparado à importância do recorde vitória-derrota da equipe na visão dos jovens atletas de 10 a 15 anos de idade.

Portanto, o esporte, a partir de seus pressupostos educacionais, exige do professor uma postura como educador, pois de nada contribuirá alterar de forma funcional e/ou estrutural as regras do esporte e da competição para atender aos pressupostos educacionais, se este agente buscar gatilhos para burlá-las.

Da mesma forma, exige-se de toda a comunidade escolar um posicionamento pedagógico frente as cobranças por resultados sobre os professores de Educação Física, de modo que compreendam que os jogos escolares devem assumir um caráter pedagógico, para que contribua com a formação dos alunos.

Muitos dos eventos esportivos em âmbito escolar preconizam ideais como o intercâmbio social e esportivo, estimular as boas relações entre professores e alunos, o desenvolvimento integral do aluno e oportunizar o acesso ao esporte na escola, entretanto, sempre pautados na descoberta do talento esportivo (ARANTES; MARTINS; SARMENTO, 2012).

Dessa forma, vemos todo o ambiente esportivo deve ser reestruturados a fim de atender à necessidade educativa do esporte enquanto conteúdo da escola. Por isso, uma preocupação de Marques (2004) é que a competição seja adequada aos interesses e necessidades daqueles que participam, tornando um ambiente de extensão da prática pedagógica.

5.4 Sugestão de alterações

Quadro 07: Quadro categoria de análise sugestão de alteração

QUADRO DE CATEGORIAS DE ANÁLISES										
Categorias	Professores(as)									Documentos oficiais
	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	
3. Sugestão de alteração										
Flexibilização do uniforme	X									
Tamanho da quadra				X		X	X			
Seleção dos Jogadores					X					
Sanção disciplinar				X						
Exigência do nº mínimo de jogadores				X						
Competições paralelas					X					

A presente pesquisa teve o cuidado de entender as necessidades de alterações nas regras e nas normas que os professores participantes do JET's entendem que, juntamente com a organização, poderiam se dedicar a repensar para a modalidade futsal.

As sugestões de alteração tiveram a finalidade de buscar alternativas para serem propostas no evento piloto, de forma que o torna o mais próximo possível de uma proposta educacional.

Entendemos que uma pequena parte dos professores não entendem o caráter educacional do JET's, ao apresentar em suas falas, por exemplo, que este evento é uma "vitrine" para o esporte profissional, ou dizer que já "perdi muitos títulos" por trazer o máximo de atletas para a competição.

5. 4. 1 Tamanho da quadra

Quadro 08: Quadro sub-categoria de análise – tamanho da quadra

QUADRO DE CATEGORIAS DE ANÁLISES										
Categorias	Professores(as)									Documentos oficiais
	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	
3. Sugestão de alteração										
Tamanho da quadra				X		X	X			

Por outro lado, outros professores percebem que o evento carece de ajustes para que se enquadre em uma proposta educacional, ao condenar algumas posturas burocráticas, como a questão do uniforme, ao sugerir um número maior de competições ao longo do ano, e apresentarem sugestões de adaptação nas regras do jogo, relacionadas ao tamanho da quadra, a sanção disciplinar, exigência do número mínimo de jogadores, que podem ser possibilidades de adequações importantes para construção de uma proposta que busque atender aos pressupostos educacionais do esporte.

Na fase estadual a quadra de jogo segue as medidas oficiais, o que é sentido por muitos jogadores, que por seguir as considerações da etapa nacional, acabam limitando as ações dos participantes

A quadra, diminuiria também, meus meninos pensaram, porque no interior, a nossa quadra é bem pequena, bem mais pequena que essa aqui, então a diferença é muito grande (S6).

(...) a gente sentiu muito isso hoje aqui que é a questão do tamanho da quadra, e principalmente a questão da irregularidade em relação ao tamanho da quadra, no interior a gente percebeu muito também essa mudança de tamanho e também questão de piso e tal e aqui a quadra é tamanho oficial bem maior e bem fora da nossa realidade (S7).

Mais uma vez aqui vemos um dos elementos invariantes do jogo (BAYER, 1994) sendo de grande importância para a promoção do aprendizado dos alunos, por meio da facilitação do acesso a estrutura do jogo que será encontrada pelos alunos na competição.

Mudanças no tamanho da quadra podem influenciar a intensidade e o número de ações técnicas e táticas no jogo de futsal (HILL-HAAS *et al.*, 2011; SILVA *et al.*, 2019), o que pode alterar aspectos do aprendizado dos jogadores-alunos, pois é possível que a variação do tamanho da quadra também apresente efeitos diferentes sobre parâmetros fisiológicos e ações táticas e técnicas.

Costa e Santos (2014) apresentam partir do estudo Hagen (2002) que as dimensões ideais do campo de jogo da modalidade futsal, para a categoria sub-13 e

sub-15 que representam as categorias de nosso estudo, seriam entre trinta e trinta e cinco metros de comprimento e entre quinze e dezessete metros e meio de largura. Uma dimensão um pouco menor do que a quadra oficial que os JET's oferecem para a disputa das partidas de futsal na categoria 12 a 14 anos e que minimizariam problemas na participação dos alunos/jogadores.

Entendemos que as dimensões da quadra de jogo, na categoria 12 a 14 anos, poderia ter medidas inferiores as dimensões oficiais, pois estas são desproporcionais ao desenvolvimento maturacional da maioria dos alunos. Além disso, do ponto de vista físico, o campo de jogo com dimensões oficiais exige muito dos jogadores.

Santa Cruz, Campos, Gomes Pellegrinotti (2015, p. 81) entendem que

Durante o jogo de futsal, os atletas mudam de atividade a cada 3,28s, ou seja, realizam em torno de 18 atividades por minuto, totalizando cerca de 470 atividades por jogo, percorrem entre 105 e 160,2 metros/minuto, realizando cerca de 20 a 26% da distância percorrida em quadra correndo em alta intensidade ou realizando sprints4-5. Permanecem a maior parte do tempo em quadra com a intensidade acima dos 85% da frequência cardíaca máxima (FC_{máx}), e apresentam concentrações de lactato sanguíneo de 5,3 mmol.L⁻¹ em média, podendo atingir valores de até 10,4 mmol.L⁻¹ 5 .

Estas e outras características ainda fazem estes mesmos autores afirmarem que o futsal é um esporte mais intenso se comparado a outras modalidades. Levando em consideração que em muitas situações do JET's ocorrem dois jogos no mesmo dia, e com um intervalo de tempo muito curto entre as partidas, nos parece conveniente privilegiar dimensões inferiores das oficiais para a quadra de jogo.

5. 4. 2 Sansões disciplinares

Quadro 09: Quadro sub-categoria de análise – sanção disciplinar

QUADRO DE CATEGORIAS DE ANÁLISES										
Categorias	Professores(as)									Documentos oficiais
	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	
3. Sugestão de alteração										
Sanção disciplinar				X						

Outro ponto que chamou muito a atenção foi sobre as questões disciplinares, quando um professor trata do cartão azul, que já fez parte em algum momento da história do futsal, de forma que evitasse expulsões desnecessárias dos alunos, por exemplo, manchando de forma negativa sua participação.

[...] e assim a questão dos cartões deveria ser mais relativo, mais brando levar mais no diálogo é uma questão educativa né? O cartão mesmo só nos excessos mesmo (S4).

[...] pelo menos nessa categoria eu acho interessante o cartão azul. Assim porque muitas vezes o menino faz uma falta assim, digamos que ele foi dá um bote na bola e ele errou aquele bote e acabou acertando o pé do colega. Talvez na regra seria pra cartão, mas como é um processo educativo (...) cartão mesmo só nos excessos (S4).

O participante S4 entende que esta poderia ser uma alternativa de advertência que evitaria a expulsão de algum aluno/jogador em fase de iniciação esportiva. Entretanto, não acreditamos que seria efetivo do ponto de vista do desenvolvimento humano do aluno/jogador, pois poderia ao mesmo tempo banalizar atitudes indesejadas para um ambiente pedagógico.

Uma questão que dever ser repensada é que jogar com um jogador a menos por dois minutos, em caso de expulsão, seja uma situação um pouco complicada, ainda mais por que o tempo de jogo já é bem reduzido. Dessa forma, diminuir para um minuto este tempo em desequilíbrio numérico, pode ser uma possibilidade.

Assim, acreditamos que esta não seja uma alteração viável em eventos esportivos educacionais, ao passo que uma formação para o respeito as regras, normas e aos demais agentes do jogo, evitaria até mesmo a aplicação dos demais cartões que estão previstos na regra oficial.

5. 4. 3 Flexibilização do uniforme

Quadro 10: Quadro sub-categoria de análise – flexibilização do uniforme

QUADRO DE CATEGORIAS DE ANÁLISES										
Categorias	Professores(as)									Documentos oficiais
	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	

3. Sugestão de alteração

Flexibilização do uniforme	X									
----------------------------	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Outras recomendações de mudança, citada pelos professores, estiveram ligadas ao evento e que se faz pertinente serem apresentadas, pois estão de acordo com o que se propõe um evento com características educacionais, como questões sobre o uniforme, atividades extras jogos, número mínimo de jogadores, outras competições, pré-requisitos para seleção dos alunos.

[...] eu entendo que pra mim necessitaria de uma flexibilização maior das regras, um exemplo: uniforme. O uniforme aqui tem que ser exatamente como está na regra oficial e ainda tem aqueles atentos: o nome da escola e o nome da cidade por que tudo isso pede na nacional (...) acho até que já que estamos no associacionismo que assim que o esporte trabalha(...) então assim mais do que nunca acho que eles deveriam conversar sobre isso lá, pois, eu garanto que não é só Tocantins que sofre com isso. Por exemplo, tem escolas que não participam por que não tem uniforme, e o uniforme é um impedidor das escolas participar. (...) eu acho que até chegar a fase estadual tinha que ser liberado, assim várias escolas poderiam participar com seus uniformes, às vezes não daquela maneira que é exigida no nacional, mas que se fosse campeão estadual, aí sim providenciaria os uniformes, além do mais, eu não vejo o objetivo ou qual é a vantagem que se leva em não proporcionar que as crianças joguem, por que assim um uniforme completo, tudo bem, eu também concordo, um calção um uniforme todo numerado, beleza, agora nome, tamanho do nome e dos números são coisas menores, né? (S1).

Em um dos momentos notados durante a competição, uma equipe foi impedida de jogar, pois o uniforme de jogo não tinha as adequações exigidas no JET's. No tocante, a inadequação era apenas o tamanho do número frontal da camiseta, tendo uma dimensão menor que a exigida. Certamente, para um evento de caráter educacional, este seria um detalhe a ser desconsiderado, visto que não interfere nas ações dos jogadores, mas que causa desmotivação devido ao impedimento.

Devido a este tipo de exigência, o S1 apresenta que muitas escolas têm evitado o JET's, furtando dos alunos a oportunidade de participar do maior evento esportivo, que para muitos seria o único, do estado do Tocantins. Sendo este um ponto de mudança urgente no evento. No entanto, fatos nas edições dos jogos

escolares acontecem corriqueiramente e nas diversas fases dos jogos, como as questões da adequação do uniforme.

Sobreira e Campos (2007, p. 329) mostram que

[...] a situação das redes estaduais e municipais de ensino fundamental no Brasil é bastante crítica. Facilidades como acesso a uma biblioteca, computadores, laboratórios, entre outros, são privilégios para uma minoria dos alunos, mesmo nas regiões mais prósperas do país.

Dessa forma, partindo do princípio que as escolas brasileiras vivem em um verdadeiro descaso de investimento, devido aos repasses que são insuficientes e geralmente estão atrasados, será que elas possuem condições de adquirir jogos de uniformes que atendam ano após ano as exigências dos comitês organizadores? Será que o número na parte frontal do uniforme, por não ter o tamanho adequado, influencia tanto no jogar, ao ponto de que alunos que viajam por km para participar deste evento, tenham sua participação proibida por não atender este item? Não seria tais exigências fatores de diminuição da participação de alunos e escolas neste evento?

Por tudo que acompanhamos no dia a dia da escola, as despesas da escola não permitem que tais exigências sejam atendidas, pois há outras necessidades mais urgentes como alimentação, materiais pedagógicos de outras disciplinas, e não é uma diferença mínima no número frontal que interfere na participação dos alunos.

Ramos (2014, p. 17) traz considerações importantes para reflexão, ao apresentar que

[...] a gestão financeira deve estar voltada para o alcance de metas estabelecidas no Projeto Político Pedagógico da escola, considerando-se as três etapas fundamentais da gestão financeira – planejamento, execução e a prestação de contas–, sendo o seu cumprimento refletido na aprendizagem dos alunos. Na esfera pedagógica, o foco maior é o processo de ensino e aprendizagem, que visa assegurar a melhor qualidade possível dos resultados conquistados pelos discentes.

A primeira delas parte de um planejamento do professor e da escola, de forma que a participação em eventos esportivos passe a fazer parte do PPP, como uma das metas para o ano letivo e, dessa forma, estabelecer os custos entre eles o

uniforme de jogo. Entendendo o potencial pedagógico que o esporte possui, torna-se fácil de justificar. Entretanto, a segunda afirmação de Ramos mostra que o foco é o processo de ensino e aprendizagem, que para a escola fica a cargo apenas das disciplinas de matemática e língua portuguesa, ao passo que a escola é avaliada externamente por testes que medem a capacidade dos alunos por estas duas áreas.

Sendo assim, muitas vezes todos os esforços são concentrados nestas matérias. O esporte e a Educação Física podem contribuir muito com a melhoria destes resultados, entretanto, não são reconhecidos ou não se deixam entender.

A falta destes recursos materiais passam a ser, sem dúvidas, fatores de diminuição da participação de mais escolas e conseqüentemente dos alunos nos jogos escolares do Tocantins, como já mencionado na fala do S1.

Essa diminuição da participação, devido as impossibilidades econômicas, pode ser um empecilho para que crianças e jovens sigam no esporte, como nos apresenta Arantes *et al.* (2019, p. 226)

atletas escolares de estrato econômico superior tem mais acesso a prática do esporte, sendo que o contrário acontece com atletas escolares oriundos de estrato econômico inferior.

Siqueira Filho *et al.* (2019) nos mostra que quanto maior o poder aquisitivo, maior é a autoestima e menor é a desmotivação para praticar esportes. Certamente porque pessoas com melhor poder aquisitivo, possuem condições melhores para aderirem e permanecerem em programas de treinamento com alimentação e transporte, além da não necessidade de se trabalhar para compor a renda da família.

Entendendo que o esporte nos jogos escolares deve atender aos seus pressupostos pedagógicos, evitar a participação por questões simples de serem resolvidas gera um movimento contrário, e isso mostra que os organizadores dos jogos escolares não possuem o interesse em fazer uma proposta educacional como se coloca os documentos oficiais.

Os aspectos burocráticos do esporte de espetáculo muitas vezes estão presentes em todas as manifestações do esporte. No que diz respeito aos jogos escolares, devido a relação organizacional deste evento ter se dado historicamente

por instituições que são específicas para a promoção do esporte de espetáculo como o COB (Comitê Olímpico Brasileiro) e o Ministério do Esporte, no tocante a este último, a secretaria de alto rendimento faz com que muitas crianças sejam tolhidas do direito de jogar, por não conseguirem atender as demandas exigidas pelo estado.

Entende-se que a exigência de documentos pessoais e atestado médico, de fato, são relevantes para a organização de qualquer evento esportivo, para que atenda aos respaldos médicos de saúde e integridade física dos alunos, bem como a isonomia na faixa etária. Entretanto, os serviços oferecidos pelo estado não conseguem atender a demanda pública dos participantes, levando a muitos alunos a não participarem das edições dos jogos. Certamente os pontos levantados não são “burocracias” exclusivas do esporte manifestado nos jogos escolares, mas para uma série de outras necessidades do cidadão.

Neste sentido, desburocratizar a participação nos jogos deveria ser a primeira alteração a ser pensada para este evento, com características educacionais. Ter ou não uniforme padronizado com normas milimétricas de numeração não pode ser preponderante ao ponto de excluir escolas, equipes, crianças de participar, de conhecer e aprender por meio do esporte. Não seria viável que as premiações fossem, portanto, uniformes para as escolas vencedoras? Visto o pequeno número de modalidades presentes neste evento, o custo, que geralmente é um tema de debate, seria mínimo em relação ao benefício, além de estimular a participação.

5. 4. 4 Seleção dos jogadores

Quadro 11: Quadro sub-categoria de análise – Seleção de jogadores

QUADRO DE CATEGORIAS DE ANÁLISES										
Categorias	Professores(as)									Documentos oficiais
	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	
3. Sugestão de alteração										
Seleção dos Jogadores					X					

A escolha dos alunos é um outro ponto apresentado pelo S5, em que ele acredita que a escolha destes estudantes deveria seguir, por regulamento, a meritocracia por elementos que vão além do fazer técnico esportivo, como notas nas disciplinas escolares e comportamento.

(...) poderia agregar outras coisas como a exigência do alcance do mínimo de nota, (...) pra seleção do atleta. (...) nota, disciplina, até porque muitas das vezes traz um aluno lá que só quer esporte, mas não consegue conciliar o esporte com a escola, entendeu? Então isso acaba prejudicando o atleta, o aluno dentro de casa e da escola (S5).

Enfim, aumentar o número de alunos a serem levados nos jogos irá proporcionar mais oportunidades a mais pessoas, e não levar estabelece uma relação inversa ao que se sugere como um ponto negativo frente ao ensino do esporte na escola. Assim, a competição, da forma como está, reproduz uma seleção que produz a exclusão dos alunos, proporcionando acesso apenas aos mais habilidosos, ou seja, que já tem um aprendizado maior sobre a modalidade esportiva.

Isso nos leva à pertinente crítica de autores na área da educação física ao ensino do esporte na escola, mas que gerou uma negação do seu ensino, pormenorizando o seu caráter educativo e, principalmente, negando a competição, vista como um dos malefícios da prática esportiva para crianças e adolescentes (REVERDITO e SCAGLIA, 2008), por seu caráter excludente, elitista e por valorizar a vitória em detrimento dos ensinamentos sociais, cognitivos e psicológicos.

5.4.5 Competições paralelas

Quadro 12: Quadro sub-categoria de análise – Competições paralelas

QUADRO DE CATEGORIAS DE ANÁLISES										
Categorias	Professores(as)									Documentos oficiais
	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	
3. Sugestão de alteração										
Competições paralelas					X					

Uma das sugestões apresentadas está na quantidade de eventos. Ao que se percebe é que o JET's possui um fim em si mesmo, que apesar de suas diversas fases, são insuficientes do ponto de vista da participação. Se entendermos que algumas cidades possuem duas escolas e que a fase municipal é um confronto direto e único, a equipe que não conquistar o êxito nesta partida, ou em cidade maiores que a escola não vença as partidas da fase de grupos, que em via de regra são dois jogos e no mesmo dia, certamente estas escolas e estes alunos não terão outra oportunidade de participar de competições esportiva naquele ano.

O participante S7 apresenta que o JET's não deveria se limitar em apenas uma única competição no ano, mas sim, organizar mais eventos de forma que motive os alunos a participar e gostar de esporte e para que não sintam a pressão do evento.

Só em relação a questão de quantidade de competições nesse porte de evento, eu acho que eles acabem se assustando muito com a competição pelo nível da competição e eles tem poucos eventos nesse nível, acho que se tivesse mais eventos eles poderiam se adaptar melhor e conseguir participar melhor desse tipo de evento (S7).

Bressan *et al.* (2019, p. 02) apresenta que

A participação em eventos esportivos (competições) é um dos conteúdos inerentes a formação esportiva. Espera-se que ao longo do processo de formação esportiva os jovens atletas possam vivenciar diferentes níveis de competição, e consigam reconhecer que no esporte ocorre uma espécie de combate simulado, em cujas regras são previamente definidas e compartilhadas, com a finalidade de garantir o ambiente de jogo.

Neste sentido, repensar a forma de disputa em que aumente o número de jogos na fase de grupos, ou que se torne um torneio de pontos corridos, divididos em várias rodadas ao ano, aumenta a participação, o conhecimento, as oportunidades de vivência do esporte e da competição.

Bahia *et al.* (2020, p. 10) ao analisarem os jogos escolares do estado da Bahia, que para uma melhor participação dos estudantes neste evento, principalmente para aqueles que não ascenderem para etapas subsequentes deste evento, sugerem

ampliar a etapa local e permitir que aqueles que não ascenderam à etapa regional ou nacional tenham outras competições locais ao longo do ano escolar a fim usufruir dos benefícios possíveis da prática esportiva.

A partir deste olhar, uma possibilidade seria a de criar circuitos de competição, de forma que durante o ano houvesse uma diluição da competição esportiva escolar. Organizada pelos próprios professores, com adaptações que entendam como importantes, como ter mais de uma equipe por escola, ou até mesmo novas categorias, e, sendo assim, que sejam respeitadas pelos professores, isso criaria uma atmosfera favorável para que o aluno conheça mais sobre esporte, aprenda sobre esporte e goste de esporte.

Os eventos competitivos entre escolas devem ser baseados na proposta pedagógica, visando um planejamento anual em que os alunos possam jogar com regras e confrontos organizados de acordo com o momento específico do aprendizado, baseado em um currículo esportivo dentro das aulas de Educação Física, assim como proposto por Leonardo e Krahenbuhl (2012) na modalidade handebol, mas que pode ser adaptada para o Futsal e demais modalidades esportivas coletivas.

Nessa proposta, as equipes de cada escola se encontrariam algumas vezes no ano, e cada etapa competitiva estaria com adaptações adequadas a fase de aprendizagem dos alunos.

Estas são sugestões que podem ser aderidas em certa medida, em ao menos uma das fases como a municipal. Sabendo que uma das questões que levam a adaptações de “escassez” nos jogos escolares, a realização no próprio município, evitaria grandes gastos com transporte, alimentação e acomodação, pois, os municípios do estado do Tocantins, em sua maioria, são pequenos e com poucos habitantes.

5.5 Arbitragem educativa

Quadro 13: Quadro sub-categoria de análise – Atitudes educacionais da equipe de arbitragem

QUADRO DE CATEGORIAS DE ANÁLISES										
Categorias	Professores(as)									Documentos oficiais
	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	
Arbitragem educativa										
Atitudes educacionais da equipe de arbitragem	X	X	X			X		X		

Uma questão muito presente nas entrevistas foi a respeito da arbitragem nos jogos. Esta soa para nós mais como uma recomendação, que é pertinente em eventos esportivos escolares e de base, pois os jogadores/alunos/crianças estão em fase de entendimento do jogo, bem como de suas regras, além de toda a euforia que o universo competitivo causa no jogador.

Dessa forma, os agentes envolvidos no evento, incluindo os árbitros, devem entender que pode se fazer necessário o cuidado de transformar este momento em algo positivo e formador para os participantes de um evento esportivo de caráter educacional. O que faz com que estes entendam sobre essa dimensão de ensino.

O geralmente acontece é que se contrata uma liga de arbitragem, que se organiza a partir das manifestações esportivas de rendimento. Estes têm todo o conhecimento da regra do jogo, e até mesmo de algumas adaptações que ocorrem, como já apresentamos em outro momento. Entretanto, percebe-se que não é suficiente, caso não sejam levadas em consideração as distâncias encontradas nos eventos que trabalham, com as propostas educacionais, pode ocorrer posturas inadequadas, que pouco contribuem para a formação dos jogadores/alunos/crianças.

Os árbitros fazem parte do evento e são agentes da aprendizagem dos alunos e, naquele momento, poderão, assim como os professores, contribuir com o aprendizado sobre esporte. Comunicar sobre os possíveis erros, oportunizar novas chances de acerto, não em demasia, pedir a colaboração do professor em situações acaloradas de conduta, ser cordial o tempo todo são questões mínimas que podem transformar o espaço de “guerra” que é criado nos jogos escolares.

Segundo Bressan *et al.* (2019, p. 02) ao tratar da forma institucionalizada de esporte, percebe-se que “o/a árbitro/a é um personagem que ocupa uma posição de destaque, tendo a responsabilidade de realizar a gestão do ambiente de jogo/prova”.

[...] a regra vai contribuir pro jogo, no esporte ela é fundamental. Só que a gente tem que flexibilizar, você não precisa dar qualquer movimento errado, muitas vezes dizer “ah meu filho aqui, aprende, põe o pé aqui, põe o pé ali” muitas vezes até os árbitros tem um momento de conversa com eles, pra explicar alguma coisa, porque tem hora que nem a gente sabe (S1).

[...] o que mais prejudica hoje, que eu acho que prejudica o evento, o brilho do evento, é que hoje o estado não fornece capacitação para arbitragem e o árbitro é o responsável direto para o andamento do jogo em si. Ele é o responsável direto pelo bom andamento do jogo ou pelo mal andamento do jogo, então ele tem o poder na mão de decidir até uma partida, se ele tiver mal-intencionado (...). O quadro de arbitragem, eu vejo como maior complicação. (...) o despreparo de quadro de arbitragem. A partir do instante em que você assume controle de vidas de crianças e adolescentes, eu acho que você tem que ser muito responsável e saber o que está fazendo, não pode cometer atitudes irresponsáveis (S2).

No 12 a 14 principalmente por causa da arbitragem. Os caras trazem uma arbitragem cascuda. Um pessoal que está acostumado a apitar jogos lá fora, com jogadores profissionais ou jogadores tarimbados, com o tempo de futebol. E cobram do mesmo jeito que cobram desse adulto profissional, uma criança de 12 a 14 anos. Não existe mandar repetir um lance, ensinar, explicar o jeito certo. (...) Então assim, infelizmente essa parte educacional, ela tá à margem. (...) um ou outro árbitro, a cada 10 que você topa, um tem um olhar mais sensível (...) (S3).

[...] antes do jogo tinha que chegar até o local todo mundo, os árbitros conversa com os atletas, acho que seria bacana pois os árbitro, tirando os árbitro sentar ali com os atletas e ter uma conversa com os alunos, acho que vai ter mais educação em quadra, vai ter menos palavrão, acho que se os árbitro chegasse ali e conversassem “olha se tiver algum palavrão é expulso” 2 minutos que o árbitro conversa com o atleta ele vai ter uma mentalidade totalmente diferente na quadra (S6).

[...] alteração tipo assim ser mais relevante na hora de marcação de falta, marcação de escanteio, os tempos né? 5 segundos que são feitos de cobrança, então assim o aluno acaba tendo reversão nesse, né? isso, exatamente, em questão do indígena sim por conta da fala muitas vezes nervoso ele não entende o português nervoso, então essa questão pesa um pouco pra ele (S8).

Nas falas dos sujeitos entrevistados o que se percebe é que, certamente, as regras do esporte, mesmo seguindo as normas oficiais, interferem menos do que a postura da equipe de arbitragem, ou seja, se as regras oficiais forem aplicadas de forma flexível e com responsabilidade social na formação dos alunos, por meio do

esporte, já seria suficiente para dar um caráter mais educacional ao evento, como podemos notar nas falas acima.

Obviamente que a aplicação das regras e a presença delas são fundamentais para o esporte. Entretanto, entende-se que para crianças em formação esportiva e em um evento educacional, certamente a postura do árbitro de ensinar a criança a colocar a bola em cima da linha ao invés de reverter a cobrança, ou no mínimo explicar os motivos da reversão, podem ser, por exemplo, situações possíveis de acontecer durante o jogo, sem interferir no placar e se responsabilizando pela formação dos alunos.

Durante as partidas é fácil de perceber o nível de nervosismo dos alunos, principalmente dos menores, principalmente em placares adversos, o que interfere nas reposições de bola, no diálogo, e que poderia ser minimizado com uma postura educacional por parte da equipe de arbitragem.

Balbino *et al.* (2013) apud Faria, Caregnato e Cavichioli (2019, p. 06) “propõem que a arbitragem não represente apenas uma figura punitiva, mas também educativa, punindo as infrações que violem as regras do jogo, mas também explicando o porquê da punição”.

Por outro lado, há de se considerar que a figura deste agente do jogo também sofre com a violência nas partidas e que também merece o devido olhar por parte das equipes que muitas vezes não conseguem entender o ser humano que ali trabalha e que merece todo respeito, ao qual tem sido cobrado.

Silveira, Carneiro, Santos e Bressan (2019, p. 36) apontam que a arbitragem:

Em razão de possuir um grande domínio e controle do jogo, frequentemente se torna alvo de violências, tanto física, quanto simbólica, fato esse que acaba por influenciar o bom andamento da partida. Nota-se que as diferentes manifestações de violências são promovidas e provenientes dos jogadores, técnicos, dirigentes e da própria torcida.

Entendemos a arbitragem educativa não como uma alteração, pois parte da postura educacional da arbitragem na competição esportiva têm este caráter, mas como uma recomendação, nos Jogos Escolares do Tocantins, de forma a contribuir

com um ambiente mais harmônico nos jogos, contribuindo com os pressupostos educacionais do esporte.

Portanto, entendemos que a competição esportiva possa ser dotada de caráter pedagógico, precisa ser transformado em várias esferas. Millistedt *et al.* (2014, p. 672) apresenta que “Para que a competição possa desempenhar um papel fundamental na formação do jovem esportista, ela deve ser rapidamente reestruturada”. Entendemos que esta reestruturação também diz respeito a adaptações nas regras, bem como nos sistemas de disputa, para que a competição esportiva atenda aos pressupostos educacionais e se diferencie das propostas voltadas para o adulto.

Em resumo apresentamos um organograma que representa a síntese das análises e discussões apresentadas acima.

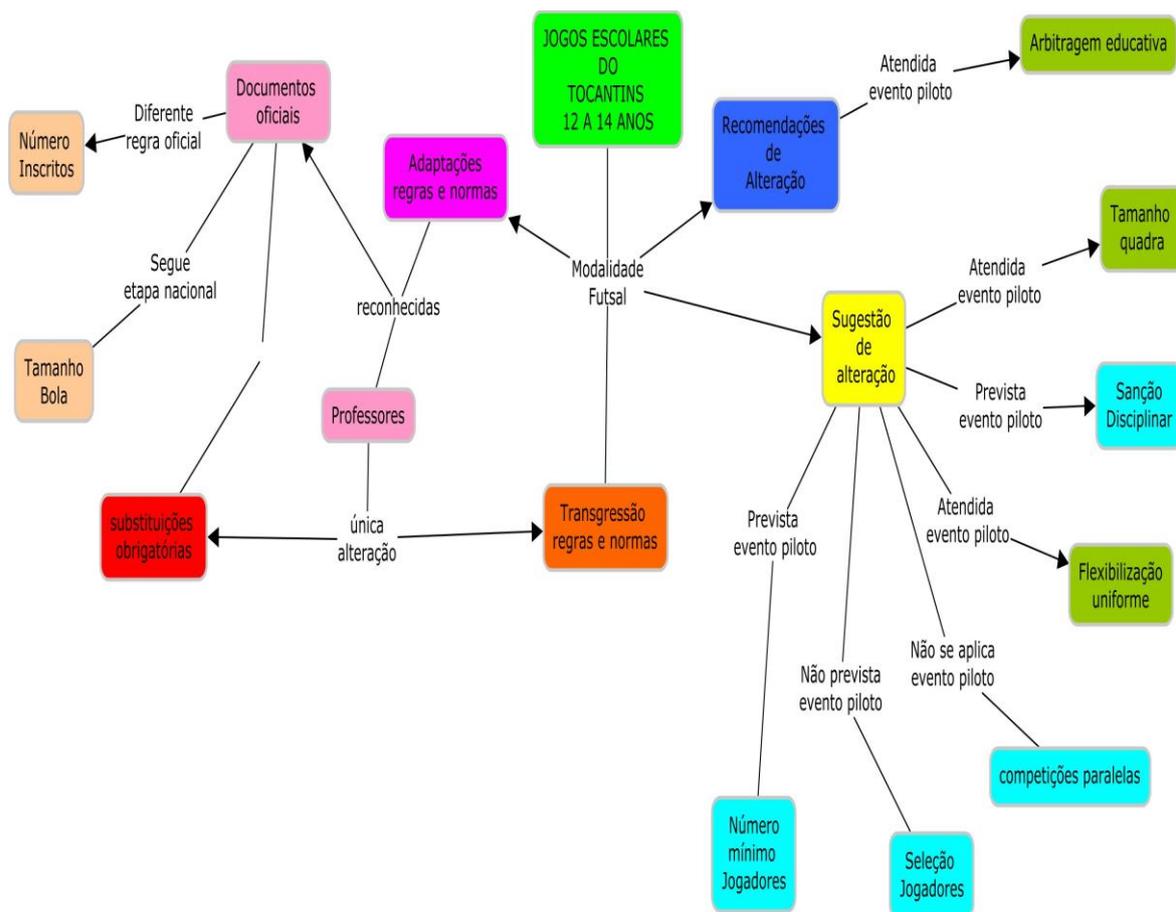


Figura 01. Organograma dos resultados das análises dos dados.

6 EVENTO PILOTO

Como parte desta pesquisa foi realizada uma competição esportiva na modalidade futsal, com escolas municipais, estaduais e particulares da cidade de Gurupi-TO, ocorrido na primeira semana do mês de novembro de 2019. Seis escolas foram convidadas, sendo que apenas quatro optaram em participar do evento proposto, entre elas duas escolas municipais, uma estadual e uma particular.

Com a finalidade de apresentar as alterações propostas a partir das falas coletadas e do entendimento das necessidades de uma competição educacional, além de proporcionar um espaço para que estes professores pudessem opinar, bem como proporcionar novas alterações, uma reunião foi realizada com os professores das escolas convidadas.

Na oportunidade foram apresentadas as alterações a seguir:

Quadro 14: Adaptação regulamentar da modalidade futsal proposta para o evento piloto.

ADAPTAÇÕES DAS REGRAS DO FUTSAL PROPOSTAS PARA O EVENTO PILOTO
1°. A arbitragem será educativa, sendo flexível em erros básicos, permitindo a repetição de cobrança de lateral, caso mal executado no primeiro erro, por exemplo.
2°. O tiro de meta não poderá passar diretamente para o campo de defesa adversário. Caso ocorra, a cobrança deverá se repetir a, persistindo o erro a equipe adversária terá a posse de bola, em cobrança de tiro lateral, no meio da quadra.
3°. Todos os jogadores deverão participar de no mínimo 1 quarto de jogo, não podendo ser substituídos, salvo em questões médicas. E nenhum jogador pode participar de todos os quartos do jogo. Caso no último quarto de jogo todos os jogadores já tenham jogado e permanecido um quarto de jogo fora, as alterações serão livres.
4°. O número mínimo de inscritos em condições de jogo deve ser de 12 jogadores.
5°. A quadra terá medidas inferiores a oficial, 32 a 35 metros de comprimento e de 15 a 17 de largura.
6°. Em todos os casos de punição por cartão, o jogador deve ser informado o motivo de sua punição. Além dos cartões amarelo e vermelho, o jogador poderá ser punido com o cartão azul, que retira o aluno de quadra, sem que ele volte a quadra por no mínimo 5 minutos, sendo substituído por outro atleta. Este cartão ocorrerá em situações em que o jogador aja com falta de flair play com os demais jogadores e/ou comissão de arbitragem.
7°. Os uniformes de jogo deverão manter no mínimo as camisas de mesma cor, salvo o goleiro, com numerações no mínimo nas costas. Caso haja igualdade de cores, poderá haver uso de coletes de cor diferente da equipe adversária.
8°. A bola de jogo manterá as medidas sugeridas pela confederação de futsal para a categoria sub-13.

9º O tempo de jogo será de quatro quartos de 8 minutos. Com um minuto de intervalo entre os quartos. Neste momento ocorrerão as substituições obrigatórias.
10º O sistema de disputa deste torneio será de turno simples, em que todos jogam contra todos, vencendo aquele que somar mais pontos ao final das rodadas.
11º Os critérios de desempate serão o menor número de cartões vermelhos, seguidos de cartão azul, seguidos de cartão amarelo. Caso persista o empate, o critério será o número maior de jogadores em condições de jogo (média das partidas realizadas), número de gols convertidos e número de gols sofridos. Se ainda assim ocorrer o empate haverá um jogo, com as mesmas regras do evento.

Na reunião apenas dois professores dos seis convidados se fizeram presentes. A eles foi apresentado o objetivo deste evento, as alterações da regra oficial previstas, de forma que pudessem organizar suas equipes para atender a estas alterações.

Estas alterações foram construídas a partir de sugestões apresentadas pelos participantes entrevistados, pelo pesquisador e por pesquisas científicas e de sugestões dos professores convidados.

Todas as alterações foram debatidas na reunião, sendo algumas retiradas, como a presença do cartão azul, pois um dos professores disse que a presença desta sanção disciplinar poderia confundir o conhecimento dos alunos, visto que na escola não se ensina que existe este tipo de “penalidade”, o que foi acatado e retirado.

Outra alteração que foi deliberada nesta reunião foi a bola, que havia sido sugerida a utilização do material com dimensões e peso específicos para a categoria sub-13 pela regra oficial do esporte futsal, foi entendido que deveria ser usada a bola com dimensões e peso da categoria adulta, pois é o material que todas as escolas possuem e utilizam.

Além disso, a diminuição do tempo de jogo, pois devido ao evento ocorrer no período de descanso do professor, ou seja, no final de semana, gostariam que pudessem encerrar no mesmo dia, o que também foi acatado.

A reunião resultou nas normas relacionadas a abaixo, sendo que as que estão destacadas sofreram alteração ou foram acrescentadas:

Quadro 15: Adaptações regulamentares da modalidade futsal proposta para o evento piloto, após a reunião com os professores participantes.

	M A N T I D A	A L T E R A D A	I N S E R I D A
REGRAS			
1º. O torneio será regido pelas regras oficiais da modalidade futsal, salvo as alterações previstas nos itens abaixo.			x
2º. O torneio será na categoria 12 a 14 anos, ou seja, nascidos em 2005, 2006 e 2007.			x
3º. A arbitragem será educativa, sendo flexível em erros básicos, permitindo a repetição de cobrança de lateral, caso mal executado no primeiro erro, por exemplo.	x		
4º. O tiro de meta não poderá passar diretamente para o campo de defesa adversário. Caso ocorra, a cobrança deverá se repetir, persistindo o erro a equipe adversária terá a posse de bola, em cobrança de tiro lateral, no meio da quadra.	x		
5º. Todos os jogadores deverão participar de no mínimo 1 quarto de jogo, não podendo ser substituídos, salvo em questões médicas. E nenhum jogador pode participar de todos os quartos do jogo, exceto o goleiro. Caso no último quarto de jogo todos os jogadores já tenham jogado e permanecido um quarto de jogo fora, as alterações serão livres.	x		
6º. O número mínimo de inscritos, em condições de jogo deve ser de 12 jogadores.	x		
7º. A quadra terá medidas inferiores a oficial.		x	
8º. Os uniformes de jogo deverão manter no mínimo as camisas de mesma cor, salvo o goleiro, com numerações no mínimo nas costas. Caso haja igualdade de cores, poderá haver uso de coletes de cor diferente da equipe adversária.	x		
9º. O tempo de jogo será de quatro quartos de 6 minutos. Com um minuto de intervalo entre os quartos. Neste momento ocorrerão as substituições obrigatórias.		x	
10º. O sistema de disputa deste torneio será de turno simples, em que todos jogam contra todos, vencendo aquele que somar mais pontos ao final das rodadas.	x		
11º. Os critérios de desempate serão o menor número de cartões vermelhos, seguidos de cartão amarelo. Caso persista o empate, o critério será o número maior de jogadores em condições de jogo (média das partidas realizadas), número de gols convertidos e número de gols sofridos. Se ainda assim ocorrer o empate haverá um jogo, com as mesmas regras do evento.		x	
12º. A bola utilizada será a da categoria adulta.		x	

A arbitragem foi realizada por acadêmicos do curso de Educação Física da Universidade de Gurupi, da cidade de Gurupi-TO, em que eles passaram por uma espécie de “treinamento”, no qual foram apresentados os objetivos do evento, as alterações às regras oficiais da modalidade futsal e a postura educacional que eles deveriam adotar durante a arbitragem dos jogos, de forma que este pensamento educacional do esporte possa ser repensado nos professores em formação.

6.1 PERCEPÇÕES DO EVENTO PILOTO

O evento ocorreu no primeiro sábado do mês de novembro de 2019, com a presença de quatro escolas convidadas e serão apresentadas algumas questões ocorridas, sendo algumas entendidas como pontos negativos e outras como positivas.

6.1.1 Percepções do pesquisador

Uma das principais questões do evento corresponde a um dos problemas identificados na coleta de dados inicial, que é o não cumprimento das regras. Uma das escolas não atendeu a alteração 6º do regulamento a qual foi discutida, decidida e aceita, que seria o mínimo de 12 jogadores participantes, apresentando apenas nove jogadores. Prontamente o representante dela sugeriu que houvesse o balanço proporcional, o que descaracterizaria os objetivos do evento. Dessa forma, foi apresentado aos demais professores a situação que aceitaram a participação da escola, sem o balanço dos jogadores.

Durante os jogos percebia-se ainda que esta mesma escola, em um jogo disputado, tentava não colocar todos os alunos, mesmo com um número inferior de jogadores que as demais. Estas questões corroboram com o entendimento que independente das alterações apresentadas, caso o professor não entenda qual seu papel nos jogos escolares, de nada adiantará estas alterações.

Notadamente, a equipe que substitui menos em relação as demais, devido ao número inferior de jogadores, consegue manter o nível técnico melhor e sobressai em relação as demais. Dessa forma, a escola que não cumpriu com o requisito sagrou-se vencedora ao final do evento, o que faz entender que o resultado final era o que interessava, causando desconforto com os demais professores.

Lidar com a competitividade “desajustada” por parte dos professores é um ponto limitante das competições escolares e que devido a participação dos docentes

em uma reunião em que eles optaram por estas adaptações, imaginava-se que transgressões desta categoria não aconteceriam. Este é um comportamento que dificilmente algumas alterações, recomendação ou outra iniciativa por parte da organização, conseguirá reverter. Entendemos que deve partir do professor o entendimento que a postura ética e profissional nestes ambientes é a mesma de quando ele está em sala de aula.

Outra questão que aparece como um ponto negativo foi a posição dos alunos que durante os jogos estavam vencendo o jogo por um placar considerável, que curiosamente aconteceu com a escola que “evitou” cumprir com as alterações previstas. Os alunos desta escola zombavam, desmereciam dos adversários e não eram repreendidos pela professora. Algo que deve ser discutido com os discentes, visto que o esporte é uma ferramenta educacional e alterações desta natureza dificilmente surtiram efeito, caso não seja promovido aos jogadores um espaço para desenvolver a capacidade de equacionar suas ações de forma ética, sem falsos moralismos.

Outro ponto a ser discutido, e entendido como negativo, foi a comemoração de um gol, na qual o jogador comemorou mencionando que estava atirando nos adversários que estavam no banco de reservas. O jogador foi advertido com cartão amarelo, que foi explicado o motivo desta “punição” e o jogador relatou que não entendia o motivo do cartão, visto que “o Gerson do Flamengo comemora assim”. Portanto, percebe-se a influência da mídia e dos atletas profissionais sobre os jovens jogadores, o que pode ser entendido como preocupante, pois poucos são os bons exemplos vindo deste universo, recaindo sobre o mesmo ponto do equacionamento das ações éticas dos jogadores.

Algumas destas questões relacionadas ao jogo foram entendidas como pontos positivos, como as cobranças inadequadas de tiro lateral. Nesta faixa etária são muito comuns erros de cobrança de tiro lateral pelos diversos motivos, pé dentro da quadra, bola rolando, ou fora do local adequado da bola. Quando alguns desses erros aconteciam não ocorriam as corriqueiras reclamações, sendo que o aluno era informado o motivo do erro e concedida uma nova cobrança.

Outro ponto positivo que ainda envolve a arbitragem ocorreu em um lance no qual a bola tocou na lateral da tabela de basquete e não foi percebido pelo árbitro, que na sequência do lance saiu um gol. A equipe que sofreu o gol, mesmo percebendo o erro, não se exaltou ou brigou, o que mostra maturidade e respeito com o erro do outro.

Como ocorre em todo o jogo, na arbitragem educativa, acreditamos que o tempo de jogo precisar ser um pouco maior, pois a postura do árbitro em conceder novas cobranças de tiros livres, por exemplo, pode gastar um pouco de tempo, levando a pouco tempo de jogo formal.

Percebemos também que o sistema de disputa, no qual todos jogam contra todos, aumentando o número de jogos e conseqüentemente a participação dos alunos, e isso também foi identificado como um ponto positivo. Entendemos que com um grande número de equipes, organizar uma competição em que todos jogam contra todos, a ocorrer em poucos dias, torna-se inexecutável, devido a logística que exige, além do desgaste dos alunos. Entretanto, mesmo que ocorra um sistema em fase de grupos, em que os melhores passem para as próximas fases, pensar em grupos com um número maior de equipes, pode ser uma boa saída, a fim de aumentar a participação dos alunos.

Entre os pontos a serem repensados está o tamanho da quadra de jogo. Para o evento piloto o espaço escolhido foi o que frequentemente ocorrem as competições escolares, na modalidade futsal, categoria 12 a 14 anos, e que possui dimensões inferiores em relação as dimensões oficiais da mesma categoria. Com a alteração da regra do tiro de meta, em que esta não permite que a cobrança seja realizada diretamente para a quadra de ataque, a quadra poderia ter dimensões um pouco maiores, pois foi observado que a defesa pressionava a saída de bola e ainda assim conseguia fazer o balanço de marcação rapidamente, causando dificuldades apenas para a equipe com posse de bola. Caso a quadra fosse um pouco maior, o balanço de marcação certamente seria mais lento, equilibrando às dificuldades do ataque e da defesa.

Outro ponto que deve ser pensado é em relação ao tempo de jogo, pois como todos devem participar, ocorrendo a substituição obrigatória, pode ser que alguns

alunos, por preferência do professor, joguem apenas um quarto de jogo e com um tempo de jogo muito reduzido, diminuindo as oportunidades de participação de alguns alunos.

Desta feita, acreditamos que diminuir a quantidade de jogadores por equipe pode ser uma boa estratégia para melhorar o tempo de participação. Ao mesmo tempo sugerimos que a escola possa inscrever mais de uma equipe no evento, aumentando assim as oportunidades de participação em quantidade de alunos e tempo de jogo.

Uma das escolas participou com o uniforme escolar, utilizando apenas fitas para marcação do número de cada atleta. O que não impediu a participação efetiva dos alunos.

Estes pontos foram percebidos como interessantes para a análise e discussão sobre o evento proposto para a competição escolar, na categoria de 12 a 14 anos, na modalidade futsal.

6.1.2 Percepção dos Jogadores

Os alunos puderam avaliar a proposta a partir de um questionário (APÊNDICE III), com um quatro perguntas pensadas a partir de uma escala que avaliava os pontos em ruim, razoável, bom, muito bom e excelente. Somente três escolas devolveram os questionários, somando 24 questionários respondidos dos 41 possíveis.

Quadro 16: Perguntas do questionário aplicado aos alunos/jogadores.

Questão 01	Como você avalia sua satisfação em participar deste campeonato de futsal?
Questão 02	Como você considera sua participação nos jogos (tempo de jogo)?
Questão 03	Como você avalia as adaptações nas regras que ocorreram nos jogos?
Questão 04	Como você avalia seu aprendizado em relação a modalidade futsal, após a sua participação neste evento?

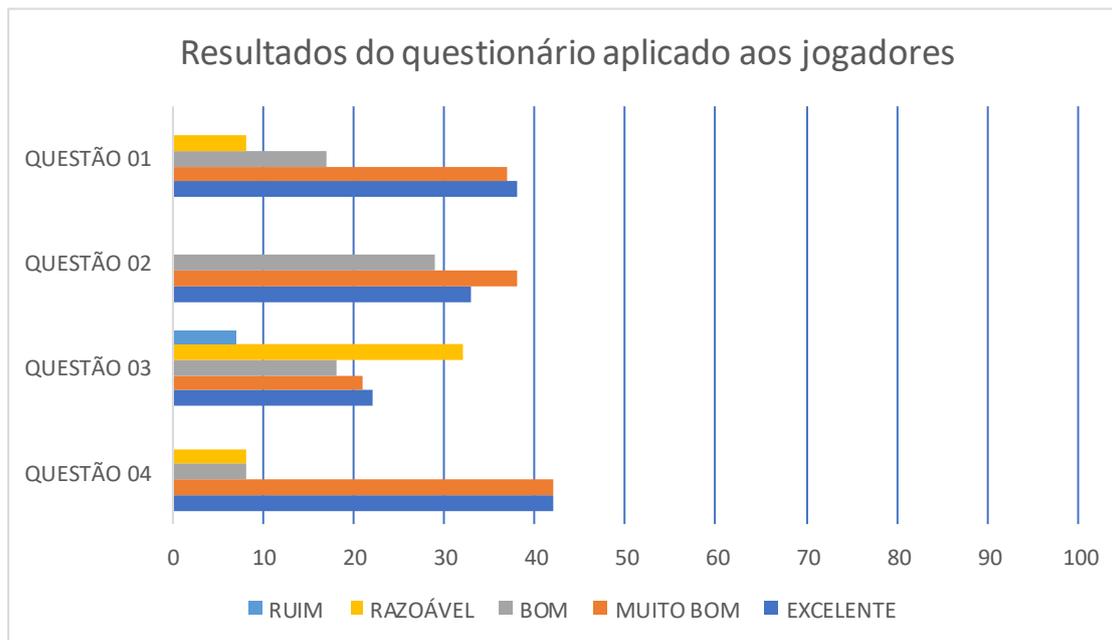


Figura 02: resultado percentual das avaliações dos questionários dos jogadores participantes do evento piloto.

Pelas respostas apresentadas na questão 01, a participação dos alunos no evento obteve um grau de satisfação alto, visto que as opções “excelente” e “muito bom” compõem 76% das respostas. Certamente oportunizar conhecer os erros e dar novas chances de acerto, pode ter colaborado para o alto grau de satisfação dos jogadores sobre o evento.

A participação de todos os jogadores é uma alteração muito comum em eventos esportivos, entretanto, o sistema de disputa geralmente é de pouquíssimos jogos. O sistema de disputa que possui um número maior de jogos, mesmo que o jogador participe apenas de um dos períodos do jogo, consegue ter uma boa participação, o que reflete na avaliação do tempo de participação entre bom e excelente, apontadas nas respostas da questão 02.

Adaptar as regras do esporte formal sempre traz certa resistência, principalmente quando se trata de se ter que obrigatoriamente sair da partida, não ter a oportunidade de lançar o tiro de meta até a área de gol do adversário, que é uma prática comum. Isso pode ter levado a um resultado pulverizado das opiniões na questão 03, na qual alguns se adaptam com mais facilidade que outros.

Provavelmente pela postura da arbitragem em apontar os erros de execução ou os motivos que levaram a sanções disciplinares, os alunos compreenderam o jogo, como visto nos resultados da questão 04, pois percebemos que muitos alunos que praticam o futsal, muitas vezes não conhecem ou não compreendem as regras do jogo, ou propriamente as necessidades de movimentação, entre outros.

6.1.3 Percepção dos professores participantes

No evento proposto como uma competição educacional piloto participaram quatro escolas, representadas por professores licenciados em Educação Física, aceitando participar da pesquisa três professores, que responderam a três questões geradoras (ANEXO II), culminando nas categorias de análise abaixo:

Quadro 17: Categorias de análises das falas dos professores participantes do evento piloto.

QUADRO DE CATEGORIAS DE ANÁLISES			
Categorias	PROFESSORES (AS)		
	S1	S2	S3
Viabilidade das alterações propostas às regras do futsal	X	X	X
Sugestão de alterações às regras	X		X
Transgressão às regras	X		

Na categoria “viabilidade das alterações propostas às regras do futsal”, notamos que todos os professores entendem como possíveis as mudanças que foram apresentadas para o torneio piloto. Nas falas dos participantes a seguir nota-se esse entendimento, quando S3 apresenta

As adaptações propostas contribuem para a prática esportiva, mas também mais participativa e de integração entre os atletas da equipe. Como também de atletas das outras equipes. E essas adaptações contribuíram para que esse torneio deixasse de ser somente uma disputa entre escolas, tornando cada adaptação uma forma de aprendizado coletivo. Dessa forma, as adaptações foram adequadas a proposta, por ser uma atividade

participativa, por ter a obrigação da participação de cada atleta em todos os jogos

O participante S1 que apresenta “Ah a questão das adaptações, né? elas foram viáveis na partida, tanto que a gente observou essa parte durante esse torneio”. Este mesmo participante reitera que

Foram apresentadas sim, né? No congresso técnico, então foi viável por que a gente também discutiu sobre essas adaptações, então e na prática foi visto essa viabilidade né? Para utilizar essas adaptações.

Como as alterações foram pensadas e discutidas com os professores participantes do evento, isso torna mais fácil a aceitação por parte das equipes (jogadores e professor), por se sentirem pertencentes à construção.

Entretanto, mesmo com todo o cuidado que se possa tomar para que nas competições esportivas, no que diz respeito as alterações das regras de forma que atenda os pressupostos educacionais do esporte, posturas inadequadas dos gestores de equipe, de não cumprimento ao regulamento da competição esportiva, desconstroem as intenções que elas procuram estabelecer, de um espaço democrático e de formação de alunos em idade escolar. A fala do participante 01 deixa claro o descontentamento com a escola que não cumpriu com os requisitos do evento, que categorizada como “transgressão as regras”

Ah a questão das adaptações, né? Elas foram viáveis na partida, tanto que a gente observou essa parte durante esse torneio. Só que se os professores não adequarem, não forem atrás, utilizar destas adaptações, a equipe que tiver utilizando pode ter sim sua participação prejudicada, durante o torneio, a partida ou o campeonato em si. Então a gente vê que se a consciência do profissional em levar a equipe de acordo com as adaptações, acontece essa desigualdade, né?

O mesmo professor ainda afirma que o descumprimento do número mínimo de jogadores, sendo este um problema clássico das competições esportivas, principalmente escolares, em selecionar os melhores e evitar a participação da maioria dos alunos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A competição escolar como um conteúdo da educação física é um fundamento do esporte e precisa receber tratamento adequado na formação esportiva e humana dos alunos para que não tenha efeitos alheios aos pressupostos educacionais do esporte.

Nos jogos estudantis do estado do Tocantins, o quesito uniforme tem relação com a burocratização do evento, o que, em certa medida, o afasta da categoria educacional. Dessa forma, os JET's poderiam ser organizados com possibilidades para evitar a exclusão de equipes por questões mínimas como uniforme, ao passo que não interfere no jogo em si, oferecendo possibilidades alternativas de participação, como a utilização de coletes.

Premiações como jogos de uniforme para as escolas vencedoras das etapas poderiam auxiliar os professores e as escolas a levarem suas equipes, atendendo aos critérios que são exigidos.

Para atingir a formação dos alunos, melhorando seus conhecimentos sobre as modalidades esportivas, no tocante o futsal, alterações nas regras, nos regulamentos, nas posturas dos agentes da competição são válidas para atender os objetivos da competição escolar. Muitas delas tiveram resultados positivos como a arbitragem educativa, a regra de aumentar o número mínimo de jogadores, a obrigatoriedade de todos jogarem e ao mesmo tempo descansarem por um período, bem como o número maior de jogos. Sabemos que alguns desses itens esbarram em questões econômicas, o que pode ser resolvido utilizando desses critérios nas fases municipais, nas quais os gastos com alimentação e transporte são minimizados.

Entretanto, mudanças e mais mudanças poderão ocorrer sem os efeitos desejáveis, caso o professor não entenda que a sua postura ética, de honestidade, de altruísmo e desprendimento com o resultado final, deve ser pensando no aluno. Enquanto o professor não entender que não deve burlar as regras que, na maioria das vezes são propostas por eles, teremos novos esportes, ou esportes totalmente modificados, mas não atingiremos os objetivos almejados a partir da competição

esportiva. Por isso, o evento deve ser realizado em conjunto com os professores, tornando-os parte do processo e os capacitando, assim como os árbitros.

Essas questões não são tratadas no JET's, pois este nos parece mais um evento que acontece para designar um representante para etapa nacional. A forma como isso ocorrerá, a oferta de pressupostos pedagógicos aos participantes, não são levados em consideração, ao passo que nos documentos oficiais apresentam gatilhos para justificar ou mascarar tais atitudes.

Neste sentido, acreditamos que os professores devem ser encorajados a assumir seu papel de educador, que nos jogos escolares se dá por meio da competição, em que o resultado final nem sempre representa todo o trabalho que este profissional desenvolve na escola, mas que ao mesmo tempo, pode causar sérios problemas na formação esportiva e humanas dos alunos.

Uma liga organizada por professores em que cursos de formação sobre esporte educacional sejam ofertados, e competições esportivas a luz da pedagogia do esporte, poderão suprir lacunas da formação inicial. Reuniões e decisões coletivas sobre a forma como as competições pedagógicas poderão acontecer nas propostas interescolares. Ou seja, unificar um discurso que se materializa na prática, para que possamos fazer das competições esportivas escolares um espaço de formação, entendendo que o esporte possui pressupostos pedagógicos importantes para formação do jogador/aluno/criança.

Faz-se necessário que os profissionais que estão e estarão na escola entendam o esporte na perspectiva educacional, para que este fenômeno nos jogos escolares consiga entregar todos os seus benefícios na formação dos alunos que deste evento participam. Neste sentido, a academia, as secretarias de educação, bem como demais órgãos que cuidam da formação de crianças em idade escolar e formação de professores, devem assumir este papel e criar uma cultura do resultado que não se mensura, que é do crescimento humano de nossos alunos, antes de pensar em qualquer alteração nas regras, regulamentos e documentos oficiais.

As instituições promotoras desses eventos esportivos escolares devem ter o olhar pedagógico também, vendo que a participação no esporte como qualitativo do



ponto de vista da participação, massificação, colaboração, cooperação e integração dos alunos, deixando em segundo plano os aspectos relacionados ao rendimento.

Por fim, vale ressaltar que faltam competições escolares que sejam de mais fácil acesso a todos os alunos, caracterizadas a partir dos pressupostos educacionais do esporte, ou seja, que fossem realizados eventos em que as escolas otimizem a sua participação e oportunize que os alunos joguem mais, mesmo que os recursos sejam escassos, ou não atendam as instruções do esporte institucionalizado.

8 PROPOSTA DE EVENTO COMPETITIVO

A partir das análises e resultados da pesquisa, bem como dos entendimentos adquiridos a partir do evento piloto, apresentamos a seguir adaptações que podem ser previstas em uma competição esportiva, de caráter educacional, na modalidade futsal categoria até 14 anos.

Estas adaptações não estão prontas e acabadas, nem mesmo tem um fim em si mesmas. Elas devem antes serem debatidas com os agentes e personagens da competição esportiva (Professores, alunos, arbitragem, escola, outros), a fim de entender quais são interessantes para a realidade em que se encontram, ou quais outras podem fazer parte dessas adaptações. Sobretudo ao final de um evento, estabelecer em reunião quais adaptações devem ser descartadas e quais devem ser inseridas no evento, para atender os pressupostos educacionais do esporte, de forma que estas avaliações melhorem futuras edições.

Além disso, faz-se necessário ressaltar o papel do professor como um agente educacional. A este espera-se que ele contribua para que os alunos/jogadores consigam realizar um equacionamento moral de suas ações. Neste sentido, acreditamos que os exemplos são mais importantes que o discurso. Portanto, respeitar e fazer com que estas adaptações alcancem os objetivos que delas se esperam, bem como a postura pedagógica deste profissional, é fundamental.

Para os Jogos Escolares do Tocantins, na modalidade Futsal categoria 12 a 14 anos, acreditamos que as adaptações apresentadas abaixo, neste momento, são passíveis de análise e que provavelmente podem se configurar nas adaptações das próximas edições dos jogos.



QUADRO 18: Quadro de adaptações possíveis em eventos esportivos na modalidade futsal.

Regra ou Ação	Adaptação	Justificativa	Como funciona na prática
<p>Categoria – idade de nascimento</p>	<p>Categoria 01 - Nascidos no ano que completa 12 anos até nascidos em julho do ano que completa 13 anos.</p> <p>Categoria 02 – Nascidos a partir do mês de agosto do ano que completa 13 anos até nascidos no ano que completa 14 anos.</p>	<p>Diminuir os efeitos da idade relativa, oportunizando maiores e melhores participações dos alunos/jogadores das escolas do Estado do Tocantins, aumentando o número de participantes, adaptando o tamanho da bola e diminuindo as diferenças biológicas.</p>	<p>As escolas irão compor suas equipes em que os alunos tenham o limite de idade da categoria. É importante salientar que o aluno com idade para jogar na categoria 01 pode fazer parte da equipe da categoria 02, desde que opte em participar exclusivamente dela. Por outro lado, alunos/jogadores com idade para jogar na categoria 02 não podem, em nenhuma hipótese, participar da categoria 01.</p> <p>Em hipótese alguma o mesmo aluno/jogador poderá participar de das duas categorias.</p>
<p>Proposta de disputa – etapas ou circuitos.</p>	<p>Os Jogos escolares serão disputados em sistema de etapas ou circuitos, sendo sediadas em quadras esportivas municipais, ou nas escolas que apresentarem disponibilidade física e estrutural para receberem as etapas.</p>	<p>Dar as escolas mais oportunidades de participação em eventos competitivos, pois isso aumentaria o número de jogos durante o ano letivo.</p>	<p>A cada etapa a escola iria inscrever a equipe, para que possam somar pontos ao final dos circuitos, de acordo com sua colocação. Ao final dos circuitos a escola que somar mais pontos será a campeã.</p>
<p>Sistema de disputa</p>	<p>Os circuitos serão disputados em sistema de todos contra todos.</p>	<p>Permitir que os alunos tenham mais oportunidades de jogar dentro da mesma etapa, fazendo com que isso</p>	<p>Em circuitos em que o número de equipes não ultrapasse a quantidade máxima de 07 equipes, o sistema de</p>



		traga estímulo aos programas de treinamento	disputa será de turno simples, no qual todos jogam contra todos. Caso esse número seja maior que o estabelecido, haverá a divisão por grupos, com o número mínimo de 04 equipes, classificando o número mínimo de 04 equipes para fase subsequente, em que serão zerados os números da fase anterior. Esta fase final será disputada novamente em turno simples, todos contra todos. Ao final da etapa final a equipe com mais pontos será campeã do circuito.
Critérios de desempate	Os critérios de desempate nas etapas (fase de grupos e finais, bem como para definir a equipe vencedora ao final das etapas), seguirão critérios de composição da equipe, disciplinar e técnico, respectivamente.	Estimular a maior participação dos alunos, bem como a aquisição de um ambiente mais harmônico do ponto de vista disciplinar.	Os critérios de desempate atenderão aos seguintes critérios: 1. Composição: <ul style="list-style-type: none"> Equipe com maior número de jogadores em condições de jogo; 2. Disciplinar: <ul style="list-style-type: none"> Menor número de cartões vermelhos; Menor número de cartões amarelos. 3. Técnico: <ul style="list-style-type: none"> Nº de gols convertidos Nº de gols sofridos.



			Persistindo o empate após estes critérios, haverá um jogo com as mesmas regras do evento.
Número de inscritos.	Cada escola terá um banco de alunos inscritos, podendo ser alterado durante as etapas.	Propiciar um espaço para a participação do maior número de participantes durante as etapas.	O aluno/jogador seria inscrito nas etapas, desde que estejam no banco de alunos/jogadores da escola. O aluno/jogador poderá alterar de categorias, desde que atenda aos requisitos da alteração.
Número de jogadores	O número de jogadores em todos os jogos de cada etapa em condições de jogo deve ser de no mínimo 08 jogadores e o máximo de 12 jogadores.	Aumentar as possibilidades de participação dos alunos, ao passo que o número menor de inscritos pode levar a maior tempo de participação e evitar transgressões em relação ao número de inscritos e de alunos em condições de jogo.	A partir do banco de jogadores, cada escola deverá se apresentar na etapa com o n° mínimo. Este é um pré-requisito para a participação da equipe na etapa.
Quantidade de equipes por escola	Cada escola poderá inscrever mais de uma equipe na competição, desde que atenda aos pré-requisitos de composição da equipe, bem como de participação.	Possibilitar que um número maior de alunos de uma mesma escola possa participar da competição.	Cada escola poderá inscrever o número de equipes que for conveniente, desde que atenda aos pré-requisitos como o número mínimo de jogadores. O jogador inscrito em uma equipe, ou no banco de jogadores daquela equipe, deverá permanecer na mesma até o fim da etapa.
Substituições obrigatórias	Todos os alunos/jogadores deverão participar de no mínimo um quarto do jogo e permanecer ao menos um quarto fora do jogo.	Balancear a participação dos alunos jogadores, nos jogos da etapa.	Todos os jogadores deverão participar de no mínimo 1 quarto de jogo, não podendo ser substituído, salvo em questões médicas. E nenhum jogador pode participar de



			todos os quartos do jogo, exceto o goleiro. Caso no último quarto de jogo todos os jogadores já tenham jogado e permanecido um quarto de jogo fora, as alterações serão livres.
Tempo de jogo	O tempo de jogo será dividido em quartos de 8 a 10 minutos.	Facilitar a organização das substituições obrigatórias e balancear a participação dos alunos/jogadores.	O tempo de jogo será dividido em quartos de no mínimo 7 e no máximo 10 minutos por quarto, a ser decidido pelos organizadores (professores e coordenação geral), estabelecendo qual o tempo de jogo que atende as necessidades dos participantes. Ao final de cada quarto haverá um minuto de intervalo para se realizar as substituições obrigatórias.
Uniforme	Os uniformes de jogo deverão manter no mínimo a parte superior da mesma cor, exceto o goleiro, com numerações no mínimo nas costas.	Facilitar a participação das escolas que por ventura não possuam uniformes de jogo.	Os uniformes de jogo deverão manter no mínimo as camisetas de mesma cor, salvo o goleiro, com numerações no mínimo nas costas. Caso haja igualdade de cores, poderá haver uso de coletes de cores diferentes da equipe adversária.
Campo de jogo	A quadra de jogo terá, preferencialmente, dimensões menores que a oficial, ou um aumento progressivo a cada etapa.	Oportunizar uma melhor participação dos alunos/jogadores, ao passo que serão adaptados ou preparados para enfrentar os desafios das dimensões do campo de jogo.	A quadra de jogo terá, preferencialmente, medidas menores do que a oficial, a cada etapa. Ou poderá haver alterações no tamanho do campo de jogo, entre as etapas, de forma que inicie as etapas em quadras menores, até chegar ao tamanho oficial na última etapa.
Bola	Categoria 01 – bola categoria sub-13	Proporcionar melhores condições de	Para a categoria 01, será utilizada a bola de tamanho e dimensões da



	<p>Categoria 02 – bola tamanho adulto.</p>	<p>jogo aos alunos/jogadores.</p>	<p>categoria sub-13 descritas nas regras oficiais do futsal, assim como a categoria 02 jogará com a bola do tamanho adulto.</p>
<p>Arbitragem</p>	<p>A arbitragem será educativa em todos os jogos de todas as etapas. Em locais onde houver cursos de graduação em Educação Física, a arbitragem poderia ser realizada por acadêmicos deste curso, ou em locais onde não há esta oferta, alunos mais velhos, por exemplo, do ensino médio, poderiam realizar esta tarefa.</p>	<p>Criar um espaço de aprendizado do futsal, por meio da aprendizagem de erros e acertos.</p>	<p>A arbitragem deve ser educativa, sendo flexível em erros básicos, permitindo a repetição de cobrança de lateral, caso mal executado no primeiro erro, por exemplo.</p>
<p>Tiro de meta.</p>	<p>O tiro de meta não poderá ser lançado diretamente para o campo de ataque, estimulando a construção de jogadas através da criatividade e toque de bola.</p>	<p>Melhorar os elementos táticos do futsal, como movimentações, linhas de passe, entre outros.</p>	<p>O tiro de meta em todas as etapas não poderá alcançar a quadra de ataque, salvo toque em algum atleta, toque no solo da quadra de defesa, ou o adversário fique em posse da bola. Caso ocorra, deverá repetir a cobrança, persistindo o erro a equipe adversária terá a posse de bola em cobrança de tiro lateral, na intersecção da linha do meio da quadra.</p>
<p>Pontuações extras</p>	<p>As condutas de todos os participantes do evento, sejam eles jogadores, comissão técnica ou torcida, serão avaliados pelos critérios (princípios) do fair play, cooperação, torcida saudável.</p>	<p>Promover um ambiente de harmonia nos ambientes de disputa, descaracterizando a competição como um espaço de guerra.</p>	<p>Ao final de cada etapa, cada escola receberá uma pontuação entre 1 e 10 pontos, a ser avaliada pela equipe organizadora, conforme sua participação (jogadores, comissão técnica e torcida) atenda aos princípios de fair play, cooperação, torcida saudável</p>

Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional (PROEF)



Demais alterações	Outras alterações poderão ocorrer de acordo com o entendimento dos organizadores (professores e organização geral).	Adaptar o jogo para que os pressupostos educacionais do esporte sejam atendidos a cada etapa.	Adaptação justificada.
-------------------	---	---	------------------------

9 REFERÊNCIAS

- AIRES, Hannah *et al.* As competições infanto-juvenis à luz da pedagogia do esporte. **Revista Kinesis**, [S.l.], v. 34, ago. 2016.
- ALMEIDA, B. S. de; MARCHI JÚNIOR, W. Das “origens” do esporte na Inglaterra aos Jogos Olímpicos idealizados por Coubertin: um olhar da produção acadêmica em língua inglesa. **Revista da Educação Física/UEM**, v. 26, n. 3, p. 495-504, 3. trim. 2015.
- ARANTES, André; MARTINS, Francisco; SARMENTO, Pedro. Jogos escolares brasileiros: reconstrução histórica. **Revista Motricidade**, v. 8, n. S2, p. 916-924, 2012.
- BALBINO H. F.; GALATTI, L. R.; FERREIRA, H. B.; PAES, R. R. **Pedagogia do Esporte**: significações da iniciação esportiva e da competição. In: REVERDITO, R. S.; SCAGLIA, A. J.; MONTAGNER, P. C. *Pedagogia do esporte: aspectos conceituais da competição e estudos aplicados*. São Paulo: Phorte, 2013.
- BAYER, C. **O ensino dos desportos colectivos**. Dinalivro, Lisboa, 1994.
- BRACHT, V. Esporte, estado, sociedade. Campinas: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 10, n. 2, p.69-73, jan. 1989.
- BRACHT, V. **Educação Física e aprendizagem social**. 2ºed. Porto Alegre: Magister, 1997.
- BRACHT, V. Esporte na escola e esporte de rendimento. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 4, n. 12, p. 14-29, 2000/2001.
- BRACHT, V. **Sociologia crítica do esporte**: uma introdução. 2. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.
- BRACHT, Valter. **Sociologia Crítica do Esporte**: uma introdução. 3 ed. Ijuí: Unijui, 2005.
- BRESSAN, João Carlos Martins., *et al.* Arbitragem no contexto do esporte escolar: percepções de violência narradas por árbitros. **Journal Physical Education**. Maringá, PR, v. 30, 2019.
- BUNKER, D., & THORPE, R. A model for the teaching of games in the secondary school. **Bulletin of Physical Education**, 10, 9-16, 1982.
- CARNEIRO, Kleber Tuxen *et al.* A terceira margem do rio: uma perspectiva equilibrada da competitividade no âmbito do ensino da educação física. **Revista Corpoconsciência**, v. 21, n. 2, p. 80-92, 2017.
- CASAGRANDE, Carlos Roberto. **Tensões entre currículo, educação física e desporto escolar**: o significado educativo dos jogos escolares no contexto da escola. 2011. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Cuiabá, 2011.

COBLEY, S., ABRAHAM, C., & BAKER, J. Relative age effects on physical education attainment and school sport representation. **Physical education and sport pedagogy**, 13(3), 267-276, 2008.

COSTA, Andrize Ramirez; KUNZ, Elenor. Esporte na escola: conhecer, experimentar e transformar. **Em Aberto**. Brasília, DF, v. 26, n. 89, p. 119-129, jan./jun. 2013.

COSTA, J. M. esporte escolar no Brasil: contradições e possibilidades. **Revista Kinesis**, Santa Maria, v.33, n.1, p.71-86, jan/jun. 2015.

DARIDO, S. C. e RANGEL, I. C. A. (Org.). **Educação Física na Escola: Implicações para a Prática Pedagógica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

DARIDO, S. C. A avaliação da educação física na escola. Universidade Estadual Paulista. Prograd. **Caderno de formação: formação de professores didática geral**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 16, p. 127-140, 2012.

DA SILVA, Alexsandro Santos *et al.* Efeito do Tamanho da Quadra Sobre Ações Técnicas e Frequência Cardíaca em Jovens Jogadores de Futsal. OLIVEIRA JUNIOR, José Max Barbosa (Org.). **Análise crítica das ciências biológicas e da natureza 2**. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.

DE ROSE JÚNIOR; KORSAKAS, Paula. **O processo de competição e o ensino do esporte**. In: TANI, Go; BENTO, Jorge Olímpio; PETERSEN, Ricardo Demétrio de Souza. **Pedagogia do esporte**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

DE ROSE JR., D.; DESCHAMPS, S.R.; KORSAKAS, P. Situações causadoras de estresse no basquetebol de alto rendimento: fatores competitivos. **Revista Paulista de Educação Física**, 13, 2, 217-229, 1999.

FARIA, Flaviane; CAREGNATO, André Felipe; CAVICHIOLLI, Fernando Renato. O esporte e a competição na educação física escolar: perspectivas educacionais a partir dos conceitos da pedagogia do esporte. **Revista Kinesis**, [S.l.], v. 37, ago. 2019.

FERRAZ, O. L. **O esporte, a criança e o adolescente: consensos e divergências**. In: DE ROSE Jr., D. (Org.). **Esporte e atividade física na infância e na adolescência: uma abordagem multidisciplinar**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

Finck, S. C. M. **A Educação Física e o esporte na escola: cotidiano, saberes e formação**. 2ª ed. - Curitiba: Ibpex, 2011.

FREIRE, João Batista, **Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física**. São Paulo: Scipione 1997.

FRIZZO, G. Os jogos escolares como mecanismos de manutenção e eliminação: uma crítica à lógica esportiva na escola. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 19, n. 04, p. 163-180, out/dez de 2013.

GALATTI, Larissa Rafaela et. al. Pedagogia do Esporte: procedimentos pedagógicos aplicados aos jogos esportivos coletivos. **Revista Conexões**, Campinas, v. 6, n. especial, 2008.

GALVÃO, Z.; RODRIGUES, L. H.; SILVA, E. V. M. e. **Esporte**. In: DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. (Coord.). Educação Física na escola. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

GONZÁLEZ, F. J.; BRACHT, V. **Metodologia do ensino dos Esportes Coletivos**. Vitória: UFES, Núcleo de Educação Aberta e a Distância, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GUIRALDELLI JÚNIOR, P. **Educação Física Progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a Educação Física brasileira**. 7ª ed. São Paulo: Loyola, 1998.

GRAEFF, Billy.; GHIGGI, M. V. Esporte e escola: as competições escolares e as disputas que estão em jogo dentro e fora da escola. **Didática Sistemática**, v. especial, n. 1, 2012.

HAGEN, G. O. A. **Uma proposta de adaptação de regras do futebol para crianças**. 2002. 88 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Escola de Educação Física, UFRGS, Porto Alegre, 2002.

HILL-HAAS, V.; DAWSON, B.; IMPELLIZZERI, F.M.; COUTTS, A.J. Physiology of small-sided games training in football. **Sports Medicine**, v.41, n.3, p. 199-220, 2011.

JOAQUIM, C. dos S., HIRAMA, L. K., & MONTAGNER, P. C. Pedagogia do esporte e valores humanos. **Conexões**, v. 6, p. 545-559, 2008.

KORSAKAS, P. **O esporte infantil: as possibilidades de uma prática educativa**. In: ROSE JR, D. *et al.* (Org). Esporte e atividade física na infância e na adolescência: uma abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2009.

KUNZ, Eleonor. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. 6. Ed. Ijuí: Unijuí, 2004.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do Trabalho Científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MILISTETD, M., NASCIMENTO, J. V., SILVEIRA, J., FUSVERKI, D. Análise da organização competitiva de crianças e jovens: adaptações estruturais e funcionais. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. 2014.

LA TAILLE, Y. de. **Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

LEONARDO, Lucas. **Um estudo das competições de handebol de jovens do estado de São Paulo:** caracterização das adaptações competitivas e opiniões de treinadores e árbitros sobre suas aplicações. 2018. 178f. Mestrado (Educação Física). Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2018a.

LEONARDO, Lucas; SCAGLIA, Alcides José. Oito anos de adaptações competitivas na federação paulista de handebol: um estudo documental da categoria sub-14. **Motrivivência**, v. 30, n. 55, p. 75-92, 2018b.

LEONARDO, L., GALATTI, L. R., SCAGLIA, A. J. Relações entre modificações competitivas e oportunidades de participação no handebol para jovens: recomendações a partir de uma pesquisa documental. **Revista Brasileira de Ciências e Movimento**. p. 98-107, 2018c.

LEONARDO, Lucas *et al.* O efeito da idade relativa influencia o tempo de participação competitiva de atletas de handebol do sexo masculino com até 13 anos de idade. **Retos**, v. 33, p. 195-198, 2018d.

LEONARDO, L e KRAHENBUHL, T. **Competições pedagógicas:** cooperação e competição no handebol. In: REVERDITO R.S., SCAGLIA, A.J., MONTAGNER, P.C. (Org) *Pedagogia do Esporte: Aspectos conceituais da competição e estudos aplicados.* São Paulo: Phorte, 2013.

LEONARDO, Lucas; KRAHENBUHL, Tathiane; SCAGLIA, Alcides José. Modelo de participação competitiva: orientações às ligas e federações esportivas para o desenvolvimento positivo em competição de jovens. **Anais do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte**, 2017.

LEONARDO, L. **Vida de treinador:** crônicas e reflexões sobre a Pedagogia do Esporte. Natal, RN: Editora Primeiro Lugar, 2019.

LINHALES, Meily A. **A escola e o esporte:** uma história de práticas culturais. São Paulo: Cortez, 2009.

MACEDO, C. G., GOLLNER, S. V. A escolarização do esporte nas décadas de 1920 e 1930: A associação brasileira de educação e a energização do caráter. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 34, n. 1, p. 253-260, jan./mar. 2012.

MACHADO. A. A. **Psicologia do Esporte:** da educação física escolar ao esporte de alto nível. Rio de Janeiro. Editora Guanabara-Koogan. 2006.

MACHADO, Gisele Viola; GALATTI, Larissa Rafaela; PAES, Roberto Rodrigues. Seleção de conteúdos e procedimentos pedagógicos para o ensino do esporte em projetos sociais: reflexões a partir dos jogos esportivos coletivos. **Motrivivência**, Florianópolis, n. 39, p. 164-176, 2012.

MACHADO, G. V., RIBEIRO, S. C.; GALATTI, L. R.; REVERDITO, R. S.; PAES, R. R.; A competição esportiva como elemento pedagógico em projetos sociais. **Revista Mineira de Educação Física**, Viçosa, Edição Especial, n. 9, p. 132-137, 2013.

MACHADO, G. V.; GALATTI, L. R.; PAES, R. R. Pedagogia do Esporte e o Referencial Histórico-Cultural: interlocução entre teoria e prática. **Pensar a Prática**, v. 17, n. 2, 2014.

MARQUES, A. T. **Fazer da Competição dos mais jovens um modelo de formação e educação**. In: GAYA, A.; MARQUES, A.; TANI, G. (Org.) Desporto para crianças e jovens: razões e finalidades. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MARQUES, R. F. R.; ALMEIDA, M. A. B. de; GUTIERREZ, G. L. Esporte: um fenômeno heterogêneo: estudo sobre o esporte e suas manifestações na sociedade contemporânea. **Movimento**, Porto Alegre, v. 13, n. 3, p. 225-244, set./dez. 2007.

MARQUES, R. F. R.; ALMEIDA, M. A. B. de; GUTIERREZ, G. L. O esporte contemporâneo e o modelo de concepção das formas de manifestação do esporte. **Conexões**, Campinas, v. 6, n. 2, 2008.

MARTIN, D. *et al.* **Metodología general del entrenamiento infantil y juvenil**. Barcelona: Paidotribo, 2004.

MILISTETD, M. *et al.* Concepções dos treinadores acerca do papel da competição na Formação desportiva de jovens jogadores de voleibol. **Revista da Educação Física**, Maringá, v. 19, n. 2, p. 151-158, abr./jun. 2008

MONTAGNER, P. C. **Estudos em pedagogia do esporte de crianças e jovens: análises, olhares e desafios teóricos**. [Tese de Livre Docência em Educação Física] Campinas: Universidade Estadual de Campinas; 2015.

MOREIRA, W. W.; SIMÕES, R.; PORTO, E. Análise de Conteúdos: Técnica de Elaboração e Análise de Unidades de Significado. In: **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, Brasília - DF, v. 13, n. 4, p. 107-114, 2005.

MOREIRA, Wagner Wey *et al.* (Org.). **Ciência do Esporte: Educação, Desempenho e Saúde**. Uberaba UFTM, 2012.

NEIRA, M. G. Desvelando Frankensteins: interpretações dos currículos de licenciatura em Educação Física. **Revista Brasileira de docência, ensino e pesquisa em Educação Física**, Cristalina, v.1, n.1, p118-140, ago. 2009.

PAES, R. R. **Educação Física Escolar: o esporte como conteúdo pedagógico do ensino fundamental**. Canoas: Ulbra, 2001.

PAES, Roberto Rodrigues. **A pedagogia do esporte e os coletivos**. In: ROSE JR. Esporte e atividade física na infância e adolescência. São Paulo: Artmed, 2002.

PAES, R. R. **A Pedagogia do Esporte e os jogos coletivos**. In: DE ROSE Jr. (Org.). Esporte e atividade física na infância e na adolescência: uma abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PAES, R. R. **Pedagogia do esporte**: especialização esportiva precoce. In: TANI, Go; BENTO, Jorge Olímpio; PETERSEN, Ricardo Demétrio de Souza. Pedagogia do desporto. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

PAES, R.R.; MONTAGNER, P.C.; FERREIRA, H.B. **Pedagogia do Esporte: iniciação e treinamento em basquetebol**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico] : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

GOMES, B. B. R., NEVES JUNIOR, C. L. Educação física escolar: inclusão, equidade e competição - conceitos e ações. **Evidência**, Araxá, v. 8, n. 9, p. 97-111, 2013.

RAMOS, Cirlene. **Os desafios da gestão financeira e prestação de contas escolar**: o caso da Regional serrana II / SEEDUC – RJ. 2014. 104f. Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, MG, 2014.

REVERDITO, Riller *et al.* Competições escolares: reflexão e ação em pedagogia do esporte para fazer a diferença na escola. **Pensar a prática**, Goiânia, v. 11, n. 1, p. 37-45, jan./jul. 2008.

REVERDITO, R.S., SCAGLIA, A.J. **Competições escolares**: reflexão e ação fazendo diferença na escola. In: REVERDITO RS, SCAGLIA AJ, MONTAGNER PC. (Org) Pedagogia do Esporte; Aspectos conceituais da competição e estudos aplicados. São Paulo: Phorte, 2012.

RIBEIRO, J. C. **Corporeidade no esporte**: a intervenção como ato educativo. In: MOREIRA, *et al.*(org.). Ciência do esporte: educação, desempenho e saúde. Uberaba: UFTM, 2012.

SANTA CRUZ, R A R; CAMPOS, F A D; GOMES, I C B; PELLEGRINOTTI, I L. Percepção subjetiva do esforço em jogos oficiais de Futsal. **Revista Brasileira de Ciências e Movimento**. Brasília-DF, 2016.

SANTANA, W. C. **Pedagogia do esporte na infância e complexidade**. In: PAES, Roberto Rodrigues; BALBINO, Hermes Ferreira. Pedagogia do esporte: contextos e perspectivas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

Santana, W.C. **Pedagogia do Futsal**: Jogar para aprender. Londrina, Companhia Esportiva, 2019.

SCAGLIA, A. J.; MEDEIROS, M.; SADI, R. S. Competições Pedagógicas e Festivais Esportivos: questões pertinentes ao treinamento esportivo. **Revista Virtual EFArtigos**, Natal/RN, v. 3, n. 23, abril, 2006.

SIEDENTOP, D., HASTIE, P. & MARS, H. V. D. **Complete guide to sport education**. Champaign, Illinois: Human Kinetics, 2004.

Siqueira, A. C. F, Freire, G. L. M, Lima, E. F, Souza, V. C, & Nascimento, J. R. A. J. Motivação, autoestima e perfil socioeconômico dos praticantes de Sanda do Vale do São Francisco. **Caderno de Educação Física e Esporte**, Marechal Cândido Rondon, v. 17, n. 2, p. 37-45, jul./dez. 2019

SOARES, C. L. *et al.* **Metodologia do Ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

SOARES, C. L. **Educação Física**: raízes européias e Brasil. 2ª ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2001.

SOARES, Fernanda Carone. A Competição Esportiva Escolar como Componente Pedagógico a ser Refletida e Aplicada nas Aulas de Educação Física. **Pensar a Prática**, v. 11, nº1, 2008.

TUBINO, M, J, G. **Dimensões sociais do esporte**. 3º ed. São Paulo: Cortez, 2011.

UNESCO – Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura. **Mesa redonda de ministros y principales responsables de la educación física y el deporte**. 2003. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000128496_spa Acesso em: 26 dez. 2019.

VARGAS NETO, F. X. e VOSER, R. C. **A criança e o esporte**: uma perspectiva lúdica. Canoas: Ed. ULBRA, 2001.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

APÊNDICE I

Entrevista realizada com os professores da rede de ensino do estado do Tocantins que participaram dos Jogos Escolares (JET's).

Roteiro de entrevista

Tempo de formação: _____ Número de participações _____

- 1- Você reconhece alguma alteração na regra oficial do jogo que é proposta no Jet's?
Enumere e justifique.
- 2- Se caso você tenha reconhecido alguma alteração na regra, as mesmas são atendidas no evento?
- 3- Esta alteração é suficiente para atender a proposta educacional do evento? Justifique.
- 4- Você poderia sugerir alguma alteração na regra da modalidade futsal, que atenderia aos pressupostos educacionais do esporte?
- 5- Quais os problemas você identifica do ponto de vista educacional no evento?

APÊNDICE II

Roteiro de entrevista a ser realizada com os professores que participarem do evento piloto

1. Em relação a proposta apresentada neste evento, qual a sua percepção sobre as adaptações realizadas? Elas contribuem para atender aos pressupostos educacionais do esporte? Explique.
2. Estas alterações foram apresentadas antecipadamente aos professores, você percebe que na prática algumas delas não foram adequadas a proposta? Explique.
3. Você poderia sugerir alguma outra alteração nas regras do futsal e no evento que complementassem as alterações previstas no objetivo deste evento?

APÊNDICE III

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DA PROPOSTA EDUCACIONAL DO FUTSAL (JOGADORES)

1) Como você avalia sua satisfação em participar deste campeonato de futsal?

() ruim () razoável () bom () muito bom () excelente

2) Como você considera sua participação nos jogos (tempo de jogo)?

() ruim () razoável () bom () muito bom () excelente

3) Como você avalia as adaptações nas regras que ocorreram nos jogos?

() ruim () razoável () bom () muito bom () excelente

4) Como você avalia seu aprendizado em relação a modalidade futsal, após a sua participação neste evento?

() ruim () razoável () bom () muito bom () excelente